

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVA
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI, A TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PERFIL DO PROFISSIONAL
CONTÁBIL: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA**

Eduardo Vernille Ciambroni
Fátima Regina Brunholli de Santana
Lílian dos Anjos Mendonça
Mirna de Oliveira Tardim
Raquel Rodrigues Pereira

Presidente Prudente/SP
2006

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVA
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI, A TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PERFIL DO PROFISSIONAL
CONTÁBIL: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA**

Eduardo Vernille Ciambroni
Fátima Regina Brunholli de Santana
Lílian dos Anjos Mendonça
Mirna de Oliveira Tardim
Raquel Rodrigues Pereira

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof^a Maria Cecília Palácio Soares.

Presidente Prudente/SP
2006

**A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI, A TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PERFIL DO PROFISSIONAL
CONTÁBIL: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof^a Maria Cecília Palácio Soares

Prof^a Ms. Aparecida Célia Milan

Maria Lúcia Ribeiro da Costa

Presidente Prudente, 01 de dezembro de 2006.

Dedicamos a presente pesquisa aos pais,
ausentes e presentes, por seu carinho,
compreensão e amor, sem os quais não
seria possível transpor os desafios desta
conquista.

“Talvez seja este o aprendizado mais difícil:
manter o movimento permanente, a
renovação constante, a vida vivida como
caminho e mudança.”

Maria Helena Kuhner

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor de nossas vidas, por Sua presença constante e real, por Sua força que nos impulsionou a cada obstáculo e por nos dar inteligência e sabedoria no desenvolvimento deste trabalho.

Aos pais, por seu amor e dedicação, por serem o alicerce de nossas vidas, um ombro amigo e seguro nos momentos que pensamos em desistir.

Aos filhos, por seu carinho e compreensão nos momentos de ausência.

À esposa, esposo e namorados, pelo amor, compreensão, apoio e incentivo nas horas de desânimo e cansaço.

Aos familiares e amigos que nos incentivaram na busca deste ideal.

À nossa orientadora Professora Maria Cecília Palácio Soares, por sua dedicação e compreensão e por compartilhar conosco um pouco de sua sabedoria e conhecimento, sua orientação foi de suma importância para a concretização deste estudo.

Aos professores que contribuíram para a nossa formação, com ensinamentos que levaremos por toda a nossa vida.

Aos escritórios de Contabilidade, por sua colaboração com a proposta deste estudo e respeito com que nos atenderam. Gentilmente, agradecemos por sua atenção.

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi de identificar e avaliar a postura do profissional contábil em relação a utilização dos *softwares* como instrumento efetivo de realização da prática contábil, na formação de um perfil desejado à Sociedade do Século XXI. O tema da pesquisa está inserido no campo da Ética Profissional, pois, nos últimos tempos, o mundo vem sofrendo severas modificações, alterando aspectos diversos da existência humana, redefinindo as relações, sejam elas econômicas, políticas e sociais. Esta nova Era transformada pelos avanços tecnológicos e científicos e pela globalização, vem requerendo uma nova postura de cada ser humano inserido no mercado de trabalho. E, esse vem desafiando a forma de agir e pensar, impondo novas necessidades e interesses, modificando a percepção, o comportamento, a mentalidade e a realização dos profissionais. Dentro desta nova realidade o profissional de Ciências Contábeis vê-se obrigado a adaptar-se a estas mudanças, exercendo suas funções de forma ética e consolidada às novas tecnologias, demonstrando competência, habilidade e atitude em todo processo de execução de sua missão contábil – informar com confiabilidade. Para alcançar o objetivo proposto, em um primeiro momento, buscou-se recursos junto à pesquisa bibliográfica para demonstrar o elo existente entre o desenvolvimento da sociedade e sua interferência junto às empresas e, por conseqüência, na metodologia e aplicação das Ciências Contábeis pelo profissional contábil. Na seqüência, foram apresentados o conceito de Tecnologia da Informação (TI) e sua estrutura como sistema e, a absorção, desta tecnologia, pela área de Contabilidade, como um instrumento necessário à execução de sua metodologia, dentro dos novos conceitos impostos pela sociedade. Esta base teórica serviu de referência para construir o perfil desejado ao Contador do Século XXI, consciente de suas responsabilidades. Com as características delineadas pelo referencial teórico sobre o perfil do profissional contábil necessário ao mercado atual, foi aplicada uma pesquisa de campo (fonte primária), através de um questionário com perguntas objetivas e abertas, aos Escritórios de Contabilidade de Presidente Prudente, por meio de uma amostra calculada por metodologia orientada pela Empresa Júnior Toledo. Após a estruturação da análise das questões e o levantamento dos pontos preocupantes detectados com a pesquisa, fez-se quatro entrevistas com profissionais da área, com a intenção de expor o resultado da pesquisa e verificar sua posição. O intuito da pesquisa foi de verificar na prática a postura de profissionais contábeis em relação ao uso da Tecnologia da Informação e a geração da informação contábil, de acordo com as exigências legais e de mercado.

Palavras-chave: Globalização. Sociedade. Contabilidade. Tecnologia da Informação. Profissional Contábil.

ABSTRACT

The goal of this work was to identify and to value the accountant professional's posture in relation to softwares utilizations as an effective instrument of accountant practice's accomplishment, in the formation of a profile desired to the Society of the century XXI. The theme of the research is inserted in the Professional Ethics' field, because, nowadays, the world is suffering severes modifications, changing many aspects of human existence, altering the relationships, being those one economics, politics and socials. This new Area transformed by technologic and scientific advances and by the globalization, is requiring a new posture of each human being inserted in work market. And this one is challenging the way of thinking and acting, imposing new needs and interestings modifying the perception, the behavior, the mentality and the satisfaction of the professional's. Inside this new reality the Accounts Science professional is obligated to adjust in these changes, performing his activities in a ethic way and consolidated to new technologies, demonstrating competence, ability and aptitude in all procedure's execution of his accountant mission – to inform with trust. To reach the proposed goal in a first moment, searched resources through bibliographic research to demonstrate the link existent between the society development and its interference to the undertakings and, as a result, in methodology and Accountants Science's application by the accountant professional. After that, were presented the conception of Technology of Information (TI) and its structure as a system, and the absorption, of this technology, in accountancy field, like a necessary instrument to methodology execution, inside the new concepts imposed by society. This theoretical support assisted by reference to construct the profile desired for accountant of XXI century, conscious of his responsibilities. With the characteristics delineated by the theoretical standard about the accountant professional profile necessary to the real market, was applied an area research, through a questionnaire with objectives and general questions, to accountancy offices of Presidente Prudente, through calculated sample by guided methodology by Toledo's Junior Undertaking. After the structuring of the questions analysis and the rising of the preoccupying points detected with the research, it was done four interviews with professionals of the area, with the intention to expose the research result and to verify its position. The design of the research was to verify in practice the posture of accountants professionals in relation to the informatics technology's use and to produce the accountant information, according to the legal and market requirements.

Word-keys: Globalization, Society, Accountancy, Informatic Technology, Accountant Professional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 - A atuação do profissional contábil no mercado de trabalho	31
FIGURA 2 - Tipos de softwares em utilização.....	48
FIGURA 3 - Critério de avaliação de escolha do software	50
FIGURA 4 - Relação Homem x Computador	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Desenvolvimento do Tema	11
Formulação do Problema.....	11
Objetivos	12
Geral	12
Específicos.....	13
Justificativa do Trabalho	13
Delimitação Tema	14
Estrutura do Trabalho	15
Metodologia.....	16
1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIÊNCIA CONTÁBIL	17
1.1 A origem do patrimônio e sua relação com as necessidades humanas.....	18
1.2 Fatos históricos que influenciaram o avanço da Contabilidade.....	19
1.3 A Contabilidade e as novas necessidades do mundo atual	22
2 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E AS MUDANÇAS NA CONTABILIDADE	24
2.1 A Contabilidade na Era da Informação	25
2.2 A implantação dos Sistemas Informatizados na Contabilidade.....	26
3 O PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL	28
3.1 Requisitos para a formação do profissional contábil.....	30
4 A QUESTÃO ÉTICA, OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E AS NORMAS QUE REGULAMENTAM A PROFISSÃO CONTÁBIL	34
4.1 A Ética no campo profissional	35
4.2 O Código de Ética Profissional do Contabilista	36
4.3 Os Princípios Fundamentais de Contabilidade	39
4.3.1 O Princípio da Entidade	42
4.3.2 O Princípio da Continuidade	42
4.3.3 O Princípio da Competência	43
4.3.4 O Princípio da Prudência	44
4.4 Normas Brasileiras de Contabilidade	45
5 PESQUISA REALIZADA E COMPOSIÇÕES PARA ANÁLISE	47
5.1 Metodologia da Análise	47
5.2 Análise das Questões	48
5.3 Interpretação dos Resultados	53
5.4 Aspectos destacados na entrevista.....	57

6 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

O homem é um ser dotado de necessidades e a busca por satisfazê-las é o que o torna inconstante. Como num ciclo vicioso, ao satisfazer uma necessidade surge uma nova e, gradativamente cada uma delas faz com que ele evolua. À medida que evolui, o homem transforma a célula social em que vive fazendo uso de instrumentos que lhe dêem soluções imediatas para acompanhar a velocidade das informações decorrentes dessa evolução.

As informações sempre existiram e com os avanços da atualidade adquiriram maior volume e passaram a ser propagadas com intensa velocidade, tornando-se necessária a utilização de ferramentas ainda mais inovadoras para adaptar-se a esta nova realidade. Partindo deste pressuposto, a Tecnologia da Informação emergiu como uma resposta, um recurso para satisfazer os desejos individuais e coletivos da sociedade contemporânea.

Dentro das organizações, as informações são de suma importância para a tomada de decisão e neste processo é cada vez mais freqüente o uso de sistemas de informação como forma de contribuir para a melhor gestão da entidade.

Neste contexto, o homem acaba criando uma dependência com relação a máquina, tornando-se um agente passivo, submisso a um instrumento de sua própria criação, tem-se uma inversão de papéis, onde a máquina passa a ser servida pelo homem e não o oposto. Ao envolver-se com o deslumbramento da tecnologia da informática, o homem deixa de analisar o mecanismo que gera o que é visível, esquecendo-se que a máquina não é perfeita e, ao utilizá-la deve conhecer sua filosofia, os componentes que deram origem aos comandos e aplicativos disponíveis.

Em meio a este cenário, o profissional contábil torna-se um usuário dos sistemas informatizados, empregando-os em suas funções a fim de alcançar praticidade e maior rapidez na execução de suas tarefas. Esta nova atuação, marcada pela presença da tecnologia, traz uma problemática acerca da conduta ética deste profissional com relação às informações geradas por estes sistemas, por sua responsabilidade na elaboração e análise de relatórios fundamentais para o processo decisório das organizações. A ética deve ser uma preocupação

constante, não restringindo-se apenas a uma exigência legal, é necessário que o profissional contábil conscientize-se da relevância de seu papel para o contexto econômico, político e social.

Em decorrência das necessidades constantes do homem, as quais provocam mudanças ao meio que convive, refletem também sobre o próprio homem exigindo sua adaptação a estas transformações que assumem diversas características e impactam a postura ética com a construção de novos valores e, conseqüentemente, o nascimento de uma nova cultura.

Desenvolvimento do Tema

A sociedade do século XXI solidificada a um sistema econômico capitalista, onde deve-se ter a visão do lucro gerado nas organizações como uma necessidade a sua sobrevivência, precisa de homens (seres humanos) que saibam compatibilizar sua responsabilidade social de cidadão, com a obtenção do lucro e a aplicação dos recursos tecnológicos disponibilizados à sua missão profissional.

Embasados neste contexto surge o tema da pesquisa:

“A contabilidade como a ciência responsável pelo registro, controle e disseminação dos resultados provenientes das organizações inseridas nesta sociedade, necessita, no alcance de sua missão, a formação e a atuação de profissionais que respondam as exigências de forma íntegra com competência, interagindo constantemente com o meio.”

O tema evidencia “a forma de atuação do profissional contábil dentro das novas exigências de mercado”, isto posto percebe-se que ele leva à necessidade de um perfil profissional contábil capaz de atender de forma ímpar todas estas exigências.

Formulação do Problema

Determinar o perfil do profissional contábil, delineando as características necessárias para uma relação perfeita entre o objetivo da ciência contábil de

informar seus usuários de forma ética, interagindo de maneira dinâmica e constante, com os recursos da tecnologia da informática, fez surgir o problema desta pesquisa:

“Como deve ser a postura do profissional contábil em sua atuação perante a tecnologia da informação e o desenvolvimento, análise e interpretação das informações geradas pelos softwares, de acordo com os procedimentos teóricos necessários a prática contábil ética, eficiente e eficaz, demandada pelo objetivo da ciência contábil?”

A importância desta pesquisa está na busca de um conhecimento sobre a formação do profissional contábil, que permita uma constante adaptação às exigências requeridas na execução de sua missão, junto às organizações empresariais, inseridas em uma sociedade em contínua transformação.

A resposta para o problema acima sugere alternativas distintas, mas que interagem entre si, definindo hipóteses básicas ou centrais ao trabalho, condizentes com o objeto de estudo, foram formuladas as seguintes hipóteses:

- Competência profissional baseada nas exigências de um novo mercado organizacional;
- Formação profissional de ensino superior qualificada com as exigências de mercado, dotado de conhecimento, habilidade e atitude;
- Ser pró-ativo de acordo com as necessidades que lhe são imputadas.

Para se esclarecer as hipóteses, será feita uma construção teórico – conceitual de referências, que justificará todo o decorrer do trabalho.

Objetivos

Geral

A principal característica do trabalho e principal objetivo é identificar e avaliar a postura do profissional contábil em relação a utilização dos *softwares* como instrumento efetivo de realização da prática contábil.

Específicos

Considerando a proposta central do trabalho, os objetivos específicos são definidos da seguinte forma:

- Mostrar o novo contexto onde as organizações estão inseridas;
- Apresentar as características exigidas por este mercado, na formação e prática do profissional contábil;
- Identificar as exigências éticas e legais da conduta e procedimentos na execução da função contábil;
- Informar a importância da tecnologia da informação na contabilidade dentro deste novo contexto organizacional;
- Pesquisar junto aos Escritórios de Contabilidade os procedimentos adotados pelos profissionais em relação ao *software* utilizado no desenvolvimento de seu trabalho;
- Compatibilizar as exigências de formação ética e legal com o resultado da pesquisa.

Justificativa do Trabalho

A Contabilidade é uma ciência social que tem por missão informar de forma íntegra, com clareza e confiabilidade aos seus usuários a situação patrimonial das células sociais.

As células sociais representam as organizações empresariais em seu conjunto de homens e riqueza interagindo com o meio (sociedade) e transformando-o de acordo com suas necessidades. A ação do homem é constante na busca de novos conhecimentos que gerem recursos úteis à satisfação de novas exigências.

A Contabilidade como ciência estuda a riqueza (o patrimônio) nas organizações empresariais (células sociais) sob o enfoque da ação do homem, diante desta prerrogativa adapta-se e transforma-se de acordo com a sociedade que está inserida.

As mudanças ocasionadas na sociedade pela ação do homem, afetam diretamente a estrutura metodológica da Contabilidade como ciência que quantifica e qualifica o patrimônio na missão de informar com confiabilidade.

A relação existente entre a sociedade, o homem e a riqueza, faz da Contabilidade uma ciência social. Não há como desvencilhar o estudo das Ciências Contábeis e, conseqüentemente, a formação do profissional contábil da realidade social.

Contextualizando a Contabilidade à sociedade do Século XXI tem-se uma realidade que destoa de todo o restante da história. Hoje, vive-se a realidade virtual em um mundo globalizado, a Contabilidade busca recursos úteis para satisfazer as necessidades deste mundo, ou seja, a intersecção de comunicação entre diversos pontos da Terra, de forma instantânea e imediata (global), isto é possível pelo desenvolvimento dos recursos tecnológicos da área de informática que trouxe para as organizações empresariais a necessidade de informações rápidas, para decisões eficientes sobre sua riqueza.

Diante destas novas exigências da sociedade a Contabilidade deixa de ser manual e passa a ser informatizada, desenvolvida por *softwares*. A corrida das organizações à informatização criou a visão de que seus problemas estariam resolvidos quando conseguisse concentrar todas suas informações contábeis à memória de um *software* sofisticado e sua operacionalização ocorreria somente na alimentação dos dados. A figura do profissional contábil ficou sucumbida a um mero alimentador de máquinas, por meio dos registros contábeis, as informações seriam geradas pelos computadores – uma ação instrucionista.

A realidade onde as organizações continuam inseridas não mudou, continua virtual e global, mas demonstrou que suas exigências são muito maiores que as informações geradas por máquinas e que estas necessitam de informações contábeis geradas com total confiabilidade.

Diante do exposto percebe-se a importância da formação ética do profissional contábil, com domínio sobre conhecimentos que lhe possibilitem o desenvolvimento de habilidades e atitudes condizentes com os novos recursos tecnológicos e sua missão de informar sobre o patrimônio.

Delimitação do Tema

O trabalho apresenta, inicialmente, um estudo bibliográfico construído sobre referências que demonstram a evolução da Contabilidade até atingir seu status de ciência e sua relação direta com a sociedade, com a finalidade de fazer o elo entre o vínculo existente das mudanças da sociedade e sua interferência na metodologia aplicada pela Contabilidade e, conseqüentemente, nos recursos utilizados para sua execução. Este desenvolvimento teórico permitiu dar seqüência ao estudo, apresentando as mudanças que ocorreram na estrutura da Contabilidade como ciência com o desenvolvimento da informática (recursos tecnológicos) e seus reflexos sobre o perfil do profissional contábil.

O desenvolvimento teórico apresentado nesta etapa da pesquisa faz o diagnóstico da missão da Contabilidade construída sob uma base ética e legal, desenvolvida por profissionais competentes, evidenciando a importância dos recursos tecnológicos e destacando a figura do contador como um construtor de informações confiáveis.

Na seqüência apresenta uma pesquisa de campo junto aos escritórios de contabilidade de Presidente Prudente, com o intuito de verificar como ocorre a relação entre a missão do profissional contábil, responsável pela informação gerada com confiabilidade e a utilização dos *softwares*, denotando que estes recursos tecnológicos não são fins em si mesmo, mas meio para agilização dos fins.

Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está dividido em seis capítulos:

No capítulo 1 foram abordadas as principais fases de desenvolvimento da Contabilidade, sua relação com a evolução humana e o reconhecimento desta como ciência social.

O capítulo 2 evidencia as mudanças ocorridas na contabilidade, decorrentes da Era da Informação, a difusão dos sistemas informatizados e o impacto de sua utilização na área contábil.

O capítulo 3 apresenta as transformações na postura do contador diante da atual realidade mundial, o processo de formação no ensino superior, as exigências do mercado de trabalho e o perfil desejado por esta nova sociedade.

O capítulo 4 apresenta a importância da questão ética na prática contábil e a utilização dos Princípios e Normas Contábeis, enfocando aspectos que regulamentam a profissão contábil, constantes no Código de Ética.

O capítulo 5 evidencia uma pesquisa de campo, realizada junto aos Escritórios de Contabilidade existentes na cidade de Presidente Prudente, com o intuito de melhor ilustrar a postura do profissional contábil diante dos sistemas de informação.

O capítulo 6 trata da conclusão do trabalho, na qual se faz uma abordagem geral da idéia central dos capítulos e apresentam-se as propostas e sugestões pertinentes a este estudo. Na seqüência são apresentadas as referências bibliográficas.

Metodologia

O trabalho fez uso do método da abordagem dedutivo, quando resgatou todo o contexto da Contabilidade em sociedade para direcioná-lo a atuação do profissional contábil. Os métodos de procedimento utilizados foram o histórico ao apresentar a história da Ciências Contábeis e estatístico ao classificar quantitativamente as respostas do questionário para análise. O levantamento dos dados foi construído por meio de pesquisa bibliográfica de documentação secundária (livros, revistas, sites, etc.) já tornada pública em relação ao tema de estudo e de pesquisa documental direta, de fontes primárias ao se aplicar a pesquisa de campo do grupo quantitativo-descritivos, no levantamento de dados junto aos profissionais contábeis, ou seja, no próprio local onde os fenômenos ocorrem.

1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIÊNCIA CONTÁBIL

Para um determinado conhecimento ser definido como ciência é preciso que ele atenda a requisitos: possuir objeto específico de estudo, métodos de análises, teorias próprias e enunciar verdades de valor universal (SÁ, 2002, p. 39).

Ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza. (ANDER-EGG, 1978, p. 15)

Fachin (2003, p. 14) explica que a ciência surgiu a partir da busca constante do homem em compreender como as coisas em seu meio acontecem, acumulando conhecimentos racionais sobre seu próprio meio e sobre as ações capazes de transformá-lo. A evolução da ciência tornou-se presente, ampliando, aprofundando, detalhando e algumas vezes, invadindo conhecimentos anteriores.

A contabilidade existe desde o princípio da civilização (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 33), mas somente em torno do século XV é que atinge um nível de desenvolvimento notório, podendo ser definida como fase pré-científica.

Em 1840, sob forte influência dos Contistas Crippa e Bornaccini, Francesco Villa publica sua monumental obra *La contabilità applicata alle amministrazioni private e pubbliche*, constituindo-se o marco da contabilidade efetivamente reconhecida como ciência (SÁ, 1997, p. 59).

[...] a prova de que o conhecimento contábil é científico reside na sua forma e essência: (a) depende de uma série de raciocínios; (b) estabelece verdades gerais e eternas; (c) tem um objeto determinado; (d) tem um fim determinado; (e) pode ser analisado sob a luz da filosofia; e, (f) dispõe de metodologia própria. (LONGARAY; BEUREN, 2003, p. 26).

A contabilidade é a ciência que tem por objeto de estudo o patrimônio, sua função é controlar os fenômenos nele ocorridos, através do registro, da classificação, da demonstração expositiva, da análise e interpretação dos fatos, objetivando fornecer informações sobre sua composição e variação (FRANCO, 1996, p. 22).

SÁ (2002, p. 41) afirma que a contabilidade atua sobre o patrimônio das células sociais¹, e estas estão inseridas no todo social, concluindo que seja ela uma ciência social.

A princípio a Contabilidade poderia ser classificada como uma ciência exata, por usar instrumentos matemáticos e estatísticos (OLIVEIRA, 2003, p. 53), mas o que a caracteriza como uma ciência social é o fato de a mesma, estudar justamente a ação do homem sobre o patrimônio. “A contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial [...]” (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 35).

Há uma relação dinâmica entre sociedade e patrimônio, e a contabilidade, por ser uma ciência social, busca meios para entender e explicar as mutações decorrentes desta relação, sendo o homem principal agente modificador que interage com o meio social.

1.1 A origem do patrimônio e sua relação com as necessidades humanas

A preocupação com a propriedade e a riqueza é uma constante no homem desde a antiguidade (IUDÍCIBIUS, 2004, p. 35) e ele teve de ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação da situação patrimonial à medida que as atividades foram se desenvolvendo em dimensão e em complexidade.

Esta preocupação, no princípio da humanidade, tinha um caráter exclusivamente voltado para o desejo de sobrevivência, possível por meio de recursos rudimentares tais como a caça, a pesca e a coleta de frutos. Com o decorrer dos tempos, através de sucessivos avanços como a construção de barcos, a prática de domesticar animais e o cultivo da terra, o homem foi aprimorando suas condições de trabalho e ampliando seu controle sobre a natureza (BASTOS, 1996, p. 07).

A atividade agrícola foi a principal responsável pelo surgimento das comunidades estáveis, introduzindo a noção de trabalho coletivo e regular, baseado na distribuição de tarefas entre seus membros, possibilitando o

¹ Célula social (SÁ, 2002, p. 143) ou azienda é um agregado de pessoas e de coisas impessoais, com atividade permanente ou duradoura e que visa suprir objetivos traçados pelo homem, sendo parcela da sociedade.

desenvolvimento de novas técnicas como a cerâmica, a tecelagem e a fabricação de instrumentos de pedra polida (REZENDE FILHO, 2001, p. 12).

Com o aperfeiçoamento da capacidade produtiva, surgiu a propriedade privada, pois o controle da produção por famílias permitia uma maior organização, rompendo-se assim a vida comunitária (ZANLUCA, 2004, p. 1). Esta nova condição permitiu que cada pessoa obtivesse a posse da terra e acumulasse sua própria riqueza. Com a morte do proprietário, o direito à terra era deixado como herança aos filhos ou parentes. O legado recebido dos pais denominou-se patrimônio.

Patrimônio, essencialmente é um conjunto impessoal de meios e recursos materiais e imateriais, existente em determinado momento, visando a satisfação das necessidades da atividade de uma célula social. (SÁ, 2002, p. 60)

Cada nova evolução alcançada pelo homem foi baseada na busca pela satisfação de necessidades. Sá (2002, p. 84) afirma ainda que, a satisfação da necessidade da célula social justifica a própria existência do patrimônio.

1.2 Fatos históricos que influenciaram o avanço da Contabilidade

Partindo do pressuposto de que o homem é um ser de necessidades, as Ciências Contábeis surgiu a partir do desejo do homem de mensurar sua riqueza e compreender os fatos que modificam seus bens patrimoniais e sua evolução sempre acompanhou o desenvolvimento das atividades mercantis, econômicas e sociais.

Inicialmente utilizou métodos de registro, a princípio simplificados: inscrições nas paredes das grutas e em pedaços de ossos, o que ao longo dos anos foi sendo aperfeiçoado conforme a complexidade dos fatos envolvidos no patrimônio (SÁ, 2002 p. 22).

Alguns acontecimentos históricos marcaram a evolução da contabilidade e contribuíram para o estágio atual desta ciência. Entre as principais teorias difundidas destacam-se as provenientes da Escola Italiana e a Escola Norte-Americana.

A Escola Italiana foi a grande precursora do estudo da contabilidade como ciência, (IUDÍCIBUS, 2004, p. 36) tendo destaque a obra do Frei Luca Pacioli publicada em 1494 intitulada de *La Summa de Aritmética Geometria, Proportioni et Proporgionalita* contendo o *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por Partidas Dobradas), apresentando o método das partidas dobradas.

Sá (1997, p. 34) descreve este método como sendo uma equação onde todo débito corresponde a um crédito e vice-versa, o registro do fato em sua causa e efeito.

O historiador Frederico Melis (SÁ, 2002, p. 27), um dos maiores que a Contabilidade teve, identificou os primeiros indícios do processo referido na escrita contábil da Suméria e Babilônia, porém, admite que o método completo provém do estudo de Pacioli.

Em tese afirmava-se o surgimento do método de partida dobrada como não vinculado ao período histórico do Renascimento, sua não divulgação ocorreu devido a um problema da própria história, a Peste Negra (infecção bacteriológica), que causou, em curto prazo, a morte de um terço da população européia e, conseqüentemente, promoveu escassez de mão-de-obra, entre ela, a dos literatos, elevando o custo para a produção dos manuscritos (HENDRIKSEN & BREDA, 1999, p. 44). Estes fatos contribuíram para a invenção da imprensa, possibilitando a reprodução dos manuscritos e a redução dos custos e, alguns anos depois, em 1494, Luca Paccioli editou sua primeira obra, apresentando o método referido.

Fábio Besta foi outro importante pesquisador de destaque da Escola Italiana, responsável pela divulgação do controlismo, que abordava o aspecto do controle da riqueza. Sua obra principal é a *La Ragioneria*, em três volumes, cuja primeira edição é de 1909-1910 e a segunda de 1922 (IUDÍCIBUS, 2004, p. 46).

As teorias desenvolvidas pelos autores italianos contribuíram para o crescimento da contabilidade, contudo a evolução industrial e comercial antes observada na Europa passaram também a ser vistas na América do Norte, mais especificamente nos Estados Unidos, provocando o declínio da contabilidade nas cidades italianas (IUDÍCIBUS, 2004, p. 37).

O surgimento dos grandes conglomerados comerciais e industriais e o aumento da participação de acionistas, trouxeram uma necessidade de aprimoramento da Contabilidade, em decorrência do número elevado de usuários

que pressionavam as organizações em busca de informações que lhes garantissem segurança acerca de seus investimentos. Estes fatores aliados ao grande desenvolvimento da economia norte-americana desencadeado a partir do século XX, impulsionaram o início do pensamento contábil nos Estados Unidos, evidenciado pela insatisfação de investidores com relação a informação contábil (FAVERO et al., 1997, p. 24).

Segundo Berti (2001, p. 29), o desenvolvimento da teoria e das práticas contábeis americanas está baseado no trabalho de equipe, partindo de uma visão de conjunto de relatórios contábeis, chegando até aos lançamentos originários. Há também uma preocupação com o usuário da informação contábil, pela importância da contabilidade na tomada de decisão.

A criação do *American Institute of Certified Public Accountants* foi de suma importância para o aprimoramento da contabilidade e dos Princípios Contábeis, promovendo a interação entre acadêmicos e profissionais da contabilidade (IUDÍCIBUS, 2004, p. 38).

Cada uma dessas escolas constituiu-se num importante instrumento de consolidação acerca da cientificidade da contabilidade e incentivaram outros pensadores a dar continuidade ao seu estudo.

Observa-se este fato no caso brasileiro, fortemente influenciado, no início pela doutrina da Escola Italiana e pela intervenção da legislação na prática contábil. Destacaram-se nessa fase, autores como Carlos de Carvalho, propagador da visão contista de contabilidade, Francisco D'Auria e Frederico Herrmann Júnior, defensores do sistema patrimonialista (SCHMIDT, 2000, p. 209).

Considerada mais tarde como inadequada e desmotivadora, a escola italiana cedeu terreno para a escola norte-americana, cujo método de ensinar e evidenciar a Contabilidade foi considerado por alguns pesquisadores mais adequado e atraente. (FAVERO, 1997, p. 26)

Schmidt (2000, p. 209) constatou também, uma mudança drástica na contabilidade nacional a partir da adoção do método didático norte-americano, introduzido pelo professor João da Costa Boucinhas. Esta variação de enfoque possibilitou ainda, a elaboração do livro *Contabilidade Introdutória*, em 1971, por professores do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas da

Universidade de São Paulo (FEA USP), revolucionando o ensino nas faculdades brasileiras e transformando a atuação dos profissionais contábeis.

As transformações ocorridas no decorrer da história da contabilidade estão diretamente ligadas ao crescimento econômico, administrativo e social da humanidade, exigindo um aperfeiçoamento constante do profissional contábil devido a sua extrema importância para o desenvolvimento das organizações e da sociedade.

1.3 A Contabilidade e as novas necessidades do mundo atual

O cenário mundial vem sofrendo significativas transformações, caracterizadas por mudanças aceleradas nas dimensões tecnológicas, socioculturais, políticas, institucionais e econômicas. Estas inovações evidenciam de forma relevante o uso da informação e do conhecimento, ao mesmo tempo em que projeta o fenômeno globalização (LEMOS apud LASTRES; ALBAGLI, 1999, p. 122).

A globalização teve impacto nos negócios e na forma de realizá-los. Métodos mais modernos combinados com a informação têm feito o mundo transformar-se num único mercado, conectado diuturnamente. (OLIVEIRA, 2003, p. 31)

Estas transformações forçaram as estruturas das organizações, o que refletiu diretamente na prática da contabilidade, que passou de procedimentos meramente manuscritos e mecanizados para procedimentos informatizados.

O que os computadores permitiram para a evolução dos serviços contábeis é ainda difícil de mensurar (SÁ, 1997, p. 171). O correio eletrônico, a comunicação sem fio, os progressos de multimídia, a ampliação dos recursos de cálculos, de simulações, projeções e dimensões, permitiram um aumento da velocidade, comodidade e quantidade de informações, tudo isso modificou o panorama da informação e atingiu a contabilidade de forma expressiva. A cada nova geração de computadores, de recursos da memória, de velocidade, imagem e som, maiores são as aplicações encontradas para a Contabilidade.

As mudanças decorrentes dessas inovações tecnológicas trouxeram implicações diretas na atuação do profissional contábil, exigindo uma formação

acadêmica diferenciada e o emprego de novas habilidades que venham de encontro a demanda atual do mercado.

2 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E AS MUDANÇAS NA CONTABILIDADE

Desde o início da civilização a Contabilidade vem acompanhando o processo de evolução da humanidade. Por tratar-se essencialmente de uma ciência social, as transformações vivenciadas pela sociedade interferem diretamente em seu desenvolvimento e contribuem para o aperfeiçoamento das práticas de mensuração da riqueza patrimonial em consonância com os princípios e normas contábeis.

Inicialmente, a Contabilidade era baseada em registros manuais, passando para mecanizados e alcançando o estágio de informatizados. Esta última característica acentuou-se com o avanço da tecnologia e o advento da globalização, fenômeno que não seria possível sem os meios modernos de comunicação, tais como a Computação e a Telecomunicação.

O progresso da tecnologia trouxe à tona um novo cenário marcado por uma série de mudanças aceleradas, atingindo diversas áreas e exigindo uma adaptação correspondente à velocidade dessas inovações. Neste processo, evidencia-se uma sobrecarga de informações, fator que classifica a atual fase, chamada Era da Informação (SILVA FILHO, 2006, p. 1).

Esta classificação pretende ilustrar justamente o aumento do volume de informações à disposição da sociedade e pode ser visualizada quando se fala de *Internet*, considerada o máximo em tecnologia de telecomunicação (SANTOS, 2006, p.1), a mola propulsora da globalização, pela qual tem-se um intercâmbio cada vez maior entre países e realidades ambíguas.

A Era da Informação também atinge de forma significativa a maneira de se fazer negócios, as empresas têm sofrido o impacto destas inovações, que exigem uma reformulação de estrutura para sobreviver num contexto de competitividade, obrigando o investimento em sistemas informatizados para alcançar agilidade e qualidade.

Da mesma forma, a área contábil vem seguindo o ritmo da informática, imprescindível para atender as necessidades provenientes da atual conjuntura econômica, possibilitando o desenvolvimento de novas técnicas para auxiliar na gestão das organizações.

2.1 A Contabilidade na Era da Informação

A complexidade atual dos negócios, a economia globalizada e a forte concorrência no mercado, evidenciam uma necessidade cada vez maior de informações que auxiliem as organizações à tomada de decisão.

O uso da informação contábil apresenta-se como uma ferramenta para a gestão das organizações (PADOVEZE, 2000, 41), podendo ser utilizada pela administração, desde que seja elemento desejável e útil aos gestores no processo decisório.

Partindo desta premissa, o objetivo da contabilidade é planejar e colocar em prática um sistema de informação para uma organização, sendo colocado à disposição dos usuários internos e externos à entidade (CREPALDI, 1999, p. 30).

Conforme definem a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o IBRACON (Instituto Brasileiro de Contabilidade) (apud PADOVEZE, 2000, p. 43):

A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Velter e Missagia (2003, p. 4), afirmam, em outras palavras, que a finalidade da contabilidade é fornecer informações de caráter econômico-administrativo aos mais diferentes usuários, possibilitando a avaliação da situação econômica e financeira da empresa.

De acordo com Magalhães e Lunkes (2000, p. 33), os sistemas contábeis nas empresas objetivam as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas devidamente auditadas e as informações para tomada de decisão, para isto devem pautar-se no planejamento contábil, nos registros contábeis e na avaliação patrimonial e dos resultados.

A construção da informação contábil pautada sobre controles internos fidedignos deve atender a necessidade dos usuários, pois toda informação “[...] deve ser desejada, para ser necessária e para ser necessária deve ser útil” (PADOVEZE, 2000, p. 44).

A geração de informações úteis que alcancem as necessidades dos usuários pelo sistema metodológico desenvolvido pelas Ciências Contábeis, em consonância com as exigências do mercado no século XXI, tornou a Tecnologia da Informação imprescindível para este sistema e suas informações. Sendo assim, a Tecnologia da Informação (TI) tornou-se o centro de desenvolvimento, aplicação e obtenção de dados da contabilidade, mas é preciso destacar:

A informática ou tecnologia da informação pode ser conceituada como recursos tecnológicos e computacionais para guarda, geração e uso da informação e do conhecimento. Está fundamentada nos seguintes componentes: *hardware* e seus dispositivos e periféricos; *software* e seus recursos; sistemas de telecomunicações; gestão de dados e informações.

Todos estes componentes interagem e necessitam do componente fundamental, que é o recurso humano *peopleware* ou *humanware*. Embora conceitualmente este componente não faça parte da tecnologia da informação, sem ele esta tecnologia não teria funcionalidade e utilidade (REZENDE, 2003, p. 68).

A soma destes recursos tecnológicos com os recursos humanos torna-se indispensável ao sistema de informação contábil na Era da Informação.

2.2 A implantação dos Sistemas Informatizados na Contabilidade

O uso da Tecnologia da Informação (TI)² na Contabilidade vem introduzindo uma nova maneira de visualizar os procedimentos contábeis. A informatização contábil teve seu desenvolvimento mais acentuado na década de 80 (OLIVEIRA, 2000, p. 12), com o crescimento no uso e disseminação dos micros, juntamente com os sistemas informatizados.

No início do uso da Informática nas Organizações, as tecnologias tinham como finalidade apenas o processamento de dados, seus benefícios principais eram a agilidade e a redução de custos. As primeiras aplicações a serem desenvolvidas foram sistemas como folha de pagamento, contabilidade e controle de estoque.

Posteriormente, as tecnologias passaram a fornecer informações, além de processá-las, surgem os primeiros sistemas de informações gerenciais e seu benefício principal é fornecer dados para a tomada de decisão.

² (PADOVEZE, 2004, p. 51) Tecnologia da Informação é todo o conjunto tecnológico a disposição das empresas para efetivar seu subsistema de informação e suas operações.

Para atingir o estágio de automação da Contabilidade, foi necessário romper as barreiras de implantação provenientes da mudança de tecnologia e até mesmo do comportamento do Contador, proporcionando grandes benefícios: de um lado, a centralização das informações, que antes eram controladas por várias áreas e de outro, pelo nível gerencial das informações que auxiliam no processo decisório.

Consideramos um sistema de informação contábil como integrado quando todas as áreas necessárias para o gerenciamento da informação contábil estejam abrangidas por um único sistema de informação contábil. Todos devem utilizar-se de um mesmo e único sistema de informação (PADOVEZE, 2000, p. 47).

A navegabilidade dos dados, ou seja, a sua conexão perfeita com o objetivo da informação desejada é que torna o sistema contábil integrado.

O dado é um número que precisa ser trabalhado para gerar uma informação. Conforme (LAUDON; LAUDON, 2004, p. 7) “[...] informação quer dizer dados apresentados em uma forma significativa e útil para os seres humanos”.

A inter-relação dos dados que geram informações acompanhadas por um profissional contábil com competência é que forma um sistema de informação eficiente e eficaz aos objetivos organizacionais.

A competência de um profissional é determinada pela sua capacidade de aplicar seus conhecimentos teóricos disponibilizados por uma metodologia científica às necessidades evidenciadas na execução de sua missão, com habilidades e atitudes que condigam com o perfil ético estabelecido de forma consciente com seus valores morais e as exigibilidades legais impostas a profissão.

Assim sendo, o próximo capítulo abordará as características necessárias à formação do perfil profissional contábil, para atuar na sociedade do século XXI.

3 O PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

As mudanças que o Século XXI está provocando no campo das telecomunicações e da informática exigem o uso cada vez mais intenso do conhecimento e este torna-se característica essencial de existência da sociedade.

As organizações empresariais vêm-se obrigadas a se adaptar de acordo com esta nova realidade e o fator capital absorve o conhecimento como necessidade precípua à continuidade destas no mercado.

Na nova economia o conhecimento não é apenas um recurso, ao lado dos tradicionais fatores de produção – trabalho, capital e terra – mas sim o único recurso significativo atualmente. (...) o fato de o conhecimento ter-se tornado o recurso, muito mais do que apenas um recurso, é o que torna singular a nova sociedade (NONAKA; TAKEUCHI, 1997 apud ANTUNES, 2000, p.24).

Neste contexto a sociedade passa a ser denominada de “Sociedade do Conhecimento” ou “Sociedade Pós-Capitalista” (DRUCKER, 2002) e a transferência do conhecimento aos recursos tecnológicos denomina-se “Capital Intelectual”. Segundo Rezende (2000, p.123) o capital intelectual é uma nova riqueza utilizada para criar uma vantagem competitiva dentro das organizações.

O capital intelectual é disseminado através do ser humano, homens dotados de competências que lhes possibilitam adquirir domínio sobre os recursos disponibilizados pelas novas tecnologias, tais como: liderança, criatividade e objetividade na tomada de decisão, capazes de distinguir, de forma consciente, sobre a importância do uso das máquinas (tecnologia e informática) e a limitação destas.

As empresas para atuarem na sociedade do conhecimento necessitam agregar, de forma uníssona, as tecnologias e o capital intelectual, ou seja, não é possível fazer uso de um recurso, sem que haja a integração perfeita com o outro: o capital intelectual como o recurso humano indispensável à sua estrutura e a tecnologia como o recurso, também, indispensável à disposição deste capital aos seus objetivos previamente definidos.

Destaca-se a inversão dos valores ocorrida no sistema econômico com a aplicação destes novos recursos, ambos oriundos do fator conhecimento. Por

milhares de anos o trabalho foi visto pela sociedade com desprezo, a história relata que ao homem livre, aquele que pertencia à classe dominante, era reservado um conhecimento adquirido por meio de uma aprendizagem para uma cultura nobre: a arte da guerra, a arte de expressar-se verbalmente para a política, ao homem não-livre, aquele pertencente à classe dominada, o conhecimento era submetido ao “saber-fazer” onde, a aprendizagem resumia-se a observação, a técnica ocorria pela prática, não havia necessidade de recursos metodológicos à sua execução. Desta forma, executar um trabalho não era nobre e não exigia conhecimentos construídos sob a base de uma ciência.

Hoje, o trabalho evidencia a execução de uma profissão alicerçada sob um conhecimento adquirido previamente por meio do ensino superior. É a aplicação prática de uma profissão que possibilita a visualização ou não da existência do capital intelectual.

O ensino superior torna-se o elo entre o construir e a prática do capital intelectual. Pois, é ele que tem a missão de apresentar à base teórica da ciência e ligar esta a realidade que será aplicada. É preciso demonstrar que nenhuma profissão far-se-á sem um conhecimento de sua teoria, ela possibilita a construção de novos saberes, sem a teoria volta-se a técnica do saber-fazer: conhecimento pela observação. Mas, as instituições de ensino superior de acordo com a nova realidade empresarial precisam transferir aos seus alunos os conceitos teóricos sem desvincular-se da realidade e que este ensino (missão) se faça de uma forma que gere pessoas (futuros profissionais) dotadas de capacidades e habilidades de construir e reconstruir conhecimentos de acordo com as suas necessidades.

A Contabilidade é uma ciência social que adapta sua metodologia de quantificar e qualificar seu objeto de estudo: o patrimônio (este que representa a riqueza das organizações empresariais) conforme as exigências do mercado e recebe de forma direta, através das ações do homem, os impactos das transformações que este, sofre diante das mudanças econômicas e sociais. Diante disso, o profissional contábil, executor desta ciência nas organizações empresariais, deve ter o perfil modulado pelas características do capital intelectual, com conhecimentos alicerçados por uma formação sólida, que lhe permita desenvolver habilidades para adaptar-se a demanda da sociedade.

3.1 Requisitos para formação do profissional contábil

Com a revolução ocasionada pela mudança de concepção do conhecimento, a educação adquire uma importância maior e, conseqüentemente, as instituições de ensino superior são forçadas a buscar novos métodos de ensino a fim de adaptar-se às exigências.

A Universidade é um instrumento facilitador da criação e difusão do conhecimento por excelência, seja aguçando nossa consciência crítica no entendimento de nossa realidade seja catalisando reações diversas e necessárias, oriundas da relação entre o homem/agente transformador e seu meio. Consiste pois, em um centro de investigação, ou pelo menos, deveria. (VASCONCELOS, 2002, p.21)

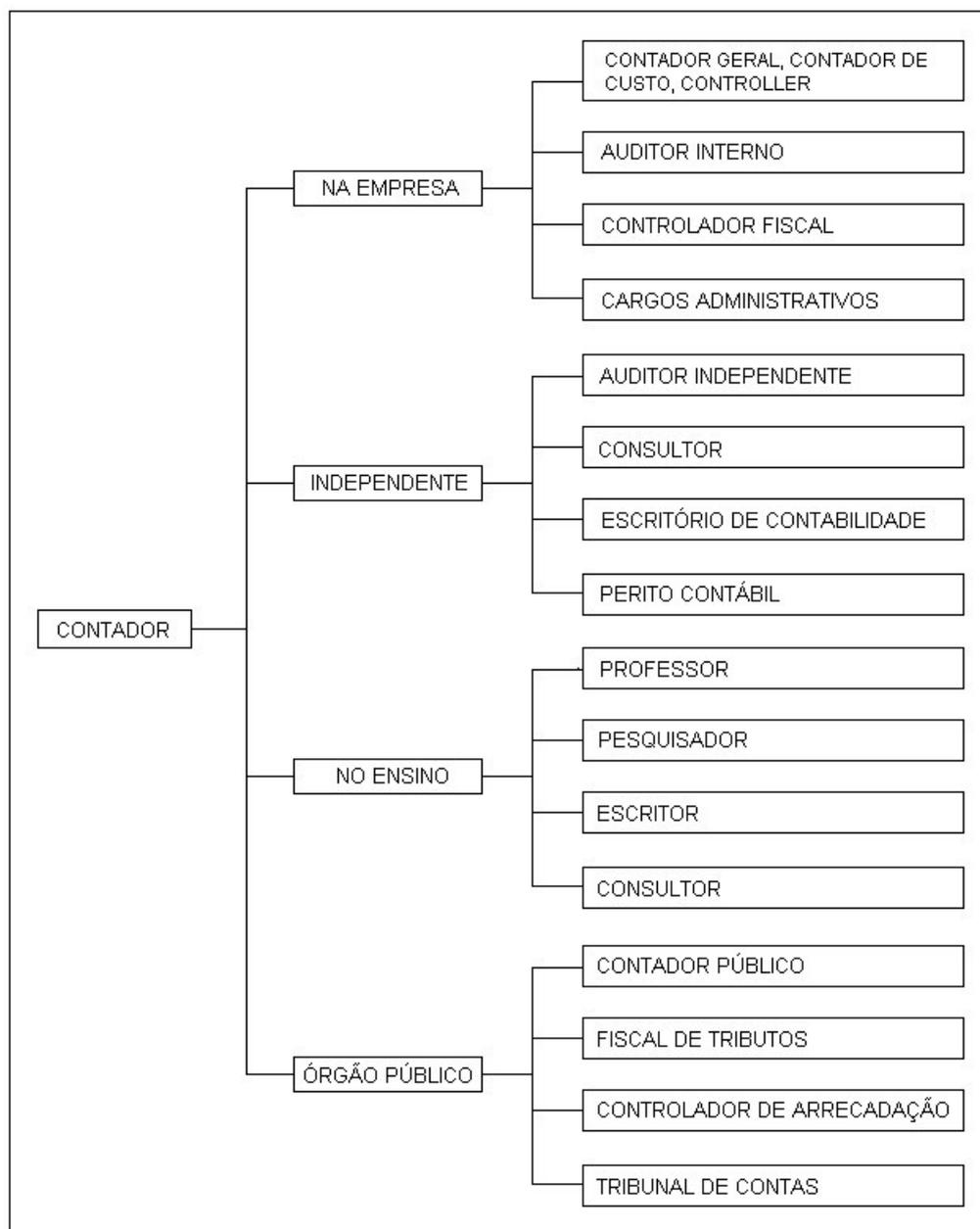
No processo de qualificação dos contabilistas, as instituições de ensino exercem um papel fundamental, por sua responsabilidade em formar profissionais competentes e com múltiplas habilidades em lidar com os desafios do mundo empresarial.

O papel do profissional contábil tem se modificado ao longo da evolução da sociedade, no passado, de forma genérica, era conhecido como “guarda-livros” e se encarregava da escrituração dos livros mercantis das empresas, sendo um técnico de contabilidade. Para este, o mercado de trabalho apresentava-se pouco promissor, sendo sua atuação restringida a funções burocráticas.

Considerando a relevância das transformações atuais para o contexto empresarial, houve uma mudança completa e complexa no exercício de suas funções, bem como uma ampliação de sua atuação no âmbito do mercado de trabalho.

O campo de atuação do contabilista, conforme Figura 1, adquiriu uma dimensão maior, com inúmeras alternativas de trabalho e perspectivas de crescimento. A execução destas novas funções obrigam o contador a desenvolver competências, habilidades e atitudes que viabilizem a intelectualização da profissão e, conseqüentemente, faça nascer um profissional dotado com as características do capital intelectual.

FIGURA 1 – A atuação do profissional contábil no mercado de trabalho.



Fonte: MARION (2003, p. 29)

De acordo com Marion (1996, p.14) a educação para os futuros contadores deve reproduzir as habilidades e conhecimentos da seguinte maneira:

a. Habilidade em comunicação

A atividade contábil exige que seus profissionais sejam capazes de transferir e receber informações com facilidade.

Os profissionais contábeis devem apresentar e defender suas posições através de exposições formais ou informais, verbais ou

escritas. Devem comunicar no mesmo nível que os homens de negócios.

A velocidade e a adequação da informação contábil deverão acompanhar o ritmo das crescentes mudanças no mundo dos negócios.

b. Habilidade intelectual

Quando consultado, o profissional contábil deve usar sua criatividade para estruturar e apresentar rápidas soluções dos problemas que muitas vezes não lhe são familiares.

Deve identificar e, se possível, antecipar os problemas, propondo soluções viáveis.

O profissional contábil enfrenta constantes desafios e pressões. Conflitos de demanda, solicitações imprevisíveis e coincidências de prazo limite para o término de serviços são exemplos de situações que ele terá de administrar. Isto requer habilidade e critério para selecionar e assumir prioridades dentro das limitações de tempo e recursos.

c. Habilidade no relacionamento com as pessoas

A habilidade em trabalhar com outras pessoas e em grupo para executar determinadas tarefas é essencial.

O profissional contábil deve influenciar outros; organizar e delegar trabalhos; motivar e desenvolver outras pessoas; e resolver e suportar conflitos.

Quanto aos conhecimentos indispensáveis ao profissional contábil, a proposta também divide-se em três categorias:

a. Conhecimentos gerais

O profissional contábil deve ter conhecimento do fluxo dos acontecimentos dentro da história e das diferentes culturas do mundo atual; habilidade para interagir com diversos grupos de pessoas de diversos níveis culturais para intercâmbio; sensibilidade e capacidade de visualizar os contrastes em relação às forças econômicas, políticas e sociais no mundo; experiência na abordagem de juízos de valores.

b. Conhecimento em organização e negócios

O profissional contábil deve ter conhecimento das forças econômica, social, cultural e psicológica que afetam a organização onde ele presta serviços; deve entender também o fluxo interno operacional das organizações e ser capaz de aplicar seus conhecimentos em situações específicas; deve absorver as rápidas mudanças no mundo dos negócios e na tecnologia e aplicá-las na organização onde presta serviço.

c. Conhecimento contábil e de auditoria

Um profundo conhecimento da Contabilidade abrange tanto a história do pensamento e da profissão contábil, como o conteúdo, preparação, conceito, estrutura e significado dos relatórios contábeis, sejam eles de finalidade interna ou externa e os métodos para coletar, reunir, sumarizar e analisar os dados financeiros. O profissional contábil deve usar os dados financeiros, exercer julgamento, avaliar riscos e resolver os problemas efetivos. Enfim, um desenvolvimento do raciocínio conceitual e analítico relativo à Contabilidade.

A base do profissional contábil moderno será além de um profundo conhecimento técnico, a competência de interpretar informações e indicar respostas imediatas, condizentes com a demanda das empresas.

O contador deve possuir uma visão holística compreendendo todo o processo de trabalho da empresa, assumindo uma postura pró-ativa e sendo um comunicador de informações que serão essenciais para a tomada de decisões, por sua habilidade em avaliar fatos passados, compreender os presentes e prever eventos futuros.

Em face do ambiente empresarial cada vez mais dinâmico, marcado por uma série de informações aceleradas e contínuas, o profissional de contabilidade deve buscar o aprimoramento em outras áreas de conhecimento, uma educação constante, que lhe possibilite ser para as empresas um referencial de credibilidade e segurança à tomada de decisão que recaia sobre a eficiência, eficácia e otimização de resultados de sua riqueza.

É necessário observar que a geração deste capital intelectual se faz sobre um ser humano e para tanto, o mesmo, deve agregar não somente conhecimentos técnicos e científicos essenciais a sua prática, mas estes associados a valores solidificados à base ética. Por isso o próximo capítulo tratará sobre as normas e os princípios contábeis que regulamentam a profissão.

4 A QUESTÃO ÉTICA, OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E AS NORMAS QUE REGULAMENTAM A PROFISSÃO CONTÁBIL.

A sociedade contemporânea vive na atualidade uma crise de valores morais incidente em todas as esferas sociais, políticas e econômicas, emergindo uma nova reflexão quanto aos aspectos éticos e morais da conduta humana.

A definição de ética tem relação direta com o significado de moral. Etimologicamente, as duas possuem origens distintas e significados idênticos. Moral vem do latim *mores*, quer dizer costume, conduta, modo de agir; Ética vem do grego *ethos* e, da mesma maneira, quer dizer costume, modo de agir (PASSOS, 2004, p. 22).

Vazquez (apud PASSOS, 2004, p. 23) admite, porém, diferenciação entre os dois conceitos, apresentando a relação moral e ética, respectivamente, objeto e ciência. A moral normatiza e direciona a prática das pessoas, e a ética teoriza sobre as condutas, estudando as concepções que dão suporte à moral.

Enquanto a ética diz respeito à disciplina teórica, ao estudo sistemático, a moral corresponde às representações imaginárias que dizem aos agentes sociais o que se espera deles, quais comportamentos são bem-vindos e quais não (SROUR, 2000, p. 29).

A ética, por seu caráter científico³, é o ramo da filosofia que analisa o bom e o mau, o certo e o errado ou os princípios de conduta que norteiam um indivíduo ou grupo de indivíduos, podendo ser chamada de filosofia da moral (MARTINS; LISBOA, 1997, p. 23).

No campo da Ética filosófica encontra-se a Ética descritiva e a Ética normativa (GAARDEN, 2005, p. 284). A Ética descritiva retrata as noções predominantes em diversas sociedades e populações, as ações corretas e os argumentos subjacentes. Utilizando métodos científicos de objetividade, a ética descritiva relata, sem julgar certo ou errado, não se baseando em um conjunto de valores ou de códigos, procura apenas mapeá-los dentro da sociedade.

A Ética normativa mostra quais ações são certas e quais são eticamente inaceitáveis, argumentando em favor de certos valores ou códigos, ela fornece

³ (VAZQUEZ, 2004, p. 23): “Ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.”

normas, por isso é “normativa”. Não busca o estado vigente da moralidade, e sim em que estado ela deveria se encontrar, não busca o que é, mas o que deve ser.

[...] como corredores que conduzem a um determinado local, as normas são parâmetros abstratos que procuram conduzir a vontade de quem age dentro dos limites em que a ocorrência dos fenômenos éticos seja desejável, ou pelo conhecimento ou pelas tradições, usos e costumes. (KORTE, 1999, p. 107)

Segundo Vasquez (2003, p. 70), nenhuma sociedade pode abdicar de um conjunto de normas de convivência, sua função é contribuir para que os atos dos indivíduos ou de um grupo social desenvolvam-se de maneira vantajosa para toda a sociedade ou parte dela.

4.1 A Ética no campo profissional

Assim, como a sociedade necessita de normas propagadoras da organização e da boa convivência entre os indivíduos, as empresas também demandam por regras, padrões a serem seguidos por aqueles envolvidos com os seus objetivos.

No âmbito empresarial, a ética traduzida em normas assume um caráter deontológico (do grego *déon*, dever), entendida como obrigação moral (VAZQUEZ, 2003, p. 189), sendo o dever em cada caso particular, determinado por normas válidas.

É comum às organizações possuírem um Código de Ética Empresarial, seu principal objetivo é incentivar o senso de justiça e decência em cada membro da empresa, possibilitando uma nova conduta interpessoal na vida profissional de cada indivíduo envolvido com os objetivos da organização (MARTINS; LISBOA, 1997, p. 59).

Quando se fala de grupos profissionais, estes valores podem ser ampliados, estruturados e sistematizados por meio dos códigos de ética profissional, indicando limites em relação aos quais o profissional pode medir as suas possibilidades e as limitações a que deverá se submeter.

Os códigos de ética por si não tornam melhores os profissionais, mas representam uma luz e uma pista para seu comportamento; mais do que ater-se àquilo que é prescrito literalmente, é necessário

compreender e viver a razão básica das determinações. (CAMARGO, 1999, p. 34)

O Código de Ética apresenta diversas determinações, mas o importante é entender realmente cada determinação, para que esta não se torne apenas um guia de conduta e sim uma razão básica de vivência.

Os princípios éticos podem existir naturalmente (MARTINS; LISBOA, 1997, p. 58) muitos além de qualquer determinação legal, mas o código de ética torna estes princípios obrigatórios aos praticantes, assegurando sua observância.

No campo da contabilidade, o Código de Ética Profissional serve de embasamento para o Contabilista exercer sua profissão com integridade, honestidade, independência e ética.

4.2 O Código de Ética Profissional do Contabilista

Na prática de sua profissão é essencial ao Contabilista a adoção de uma postura apoiada em princípios morais e éticos. Com o objetivo de determinar a forma pela qual se devem conduzir os Contabilistas e regulamentar o exercício profissional, foi criado o Código de Ética do Contabilista.

O Código de Ética do Contabilista brasileiro iniciou-se em 1950, no V Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Belo Horizonte, sendo necessários 20 (vinte) anos de amadurecimento e estudos. Somente em 1970, com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 290/70 é que se efetivou o primeiro Código de Ética dos Contabilistas Brasileiros. A segunda versão surgiu em 1996, por meio da Resolução CFC nº 803/96, em vigor atualmente (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2003, p. 21).

Fundamentado em cinco grandes tópicos, este Código evidencia em forma de capítulos: Objetivo; Deveres e Proibições; Valor dos Serviços Profissionais; Deveres em Relação aos Colegas e à Classe; Penalidades.

O objetivo refere-se à finalidade do código no exercício da profissão contábil. Os deveres representados pelos nove incisos do art. 2º aos quais o Contador é obrigado compulsoriamente a seguir sob pena de cometer uma infração ética. As proibições dizem respeito ao que é expressamente vedado ao profissional na execução de seus serviços. O valor dos serviços profissionais fixa a remuneração bem como os aspectos relacionados com a prestação de serviço.

Os deveres em relação aos colegas e à classe, compreendem os princípios de respeito e as normas de conduta para com a classe. E, as penalidades fazem menção às infrações e a aplicação de sanções.

Por tratar-se de matéria ampla, convém destacar artigos considerados relevantes a proposta deste estudo.

Art. 2º São deveres do contabilista:

I – exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

O inciso I do art. 2º do Código de Ética Profissional trata do dever primordial do Contabilista, expresso através de características entendidas como virtudes⁴: o zelo, a diligência e a honestidade.

O zelo parte de um cuidado e de uma responsabilidade individual baseada na relação entre o profissional e o objeto de trabalho, cada tarefa exige seu próprio zelo (SÁ, 1996, p. 152). A diligência é uma forma de zelo, caracterizada pelo empenho constante no exercício da tarefa, tendo por objetivo tornar o zelo um hábito.

Honestidade é dignidade, integridade, sinceridade. É a conduta que obriga ao respeito e à lealdade para com o bem de terceiros, está relacionada com a confiança depositada pela organização no Contador. É algo absoluto, não admite meio termo, relatividade ou tolerância.

Estas características devem estar em conformidade com a legislação vigente, protegendo os interesses dos clientes e/ou empregadores, sem afetar o grau de independência do profissional.

Expressa através do inciso V, artigo 2º do Código: “Inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso”. Em seu teor o referido inciso, trata da importância de uma análise profunda de todas as operações relacionadas com a atividade da empresa, não se restringindo apenas a interpretação de relatórios.

Todas as decisões tomadas envolvendo as atividades de uma empresa sejam elas financeiras, comerciais ou gerenciais, tem por base a informação

⁴ Virtude é a permanente disposição para querer o bem, o que supõe a coragem de assumir os valores escolhidos e enfrentar os obstáculos que dificultam a ação (ARANHA et. al, 2003, p. 305).

emitida principalmente por Contadores (MARTINS; LISBOA, 1997, p. 79). A opinião do Contabilista expressa por meio do parecer⁵ é fundamental à tomada de decisão, sua elaboração deve estar apoiada em uma conduta ética, observando as virtudes citadas no inciso I do artigo 2º supra citado.

O art. 3º do Código de Ética Profissional trata das proibições ao Contabilista, assim expresso: “No desempenho de suas funções, é vedado ao contabilista, inciso IV – assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização”. Fica nítida a obrigatoriedade de orientação, supervisão e fiscalização do Contador em relação à emissão de relatórios e demonstrações contábeis formulados por terceiros, por ele assinados.

O Contador no âmbito de sua atuação, ao assinar livros e demonstrativos passa a responder pelos fatos escriturados. Silva et. al (2004, p. 26) afirma que a responsabilidade do Contabilista foi fortemente ampliada em decorrência da edição do Novo Código Civil, passando a responder pela escrituração contábil como preposto da instituição, pessoal e solidariamente perante a empresa e terceiros.

Sá (2005, p. 104) reforça ainda, quando da confirmação de fraude ou erro nos registros e demonstrações contábeis, será penalizado tanto o empresário quanto o contabilista.

No exercício de sua função, é expressamente proibido ao contabilista prestar orientações contrárias ao exposto em lei e nos Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao contabilista:
XIII – aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

XX – elaborar demonstrações contábeis sem observância dos Princípios Fundamentais e das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

⁵ CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2003, p. 147). Parecer é o documento mediante o qual o contador expressa sua opinião de forma clara e objetiva sobre as demonstrações contábeis nele indicada.

O Contabilista não deve instruir o empregador ou o cliente a infringir as determinações legais, os Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade, devendo ser aplicados na elaboração das demonstrações contábeis e relatórios a serem utilizados na tomada de decisão, sob pena de ser responsabilizado pelas conseqüências de tais atos. Esta obrigação implica numa conduta ética do Contador, pois ser ético é um dever moral muito além das determinações legais.

O profissional deve exercer com ética as atribuições prescritas através do Código de Ética, e desenvolver uma consciência voltada a atender as responsabilidades para com a sociedade. A ética enquanto bem moral deve ser conquistada com esforço e cobrança pessoal, de forma contínua e incessante.

A abordagem da questão ética na profissão contábil encontra maior embasamento na observância dos Princípios Fundamentais da Contabilidade evidenciados como núcleo central da Contabilidade.

4.3 Os Princípios Fundamentais de Contabilidade

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas a Ciência Contábil. Por analogia, considerando uma caça ao tesouro, cada participante ou grupo recebe um mapa contendo instruções para a chegada até o objeto precioso. Na contabilidade, esta caça ao tesouro pode ser traduzida como os objetivos da organização, aonde ela deseja chegar; o mapa representa os Princípios Fundamentais, guias a serem utilizados no alcance das metas da empresa; o participante ou grupo, pode ser entendido como a própria empresa, sendo o contador peça fundamental na escolha do melhor caminho a ser percorrido para o alcance do objetivo pretendido.

Com o objetivo de estabelecer regras, instruções para elaboração das demonstrações contábeis, foram exibidos pela primeira vez os Princípios Fundamentais de Contabilidade, sob a forma de Normas, por meio da Resolução nº 530/81 de 23 de outubro de 1981, publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), intitulada de “Princípios Fundamentais de Contabilidade. Norma NBC T 1”. Paralelamente, em 05 de fevereiro de 1986 foi editada a Deliberação CVM nº 29, aprovando o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, denominado “Estrutura Conceitual Básica da

Contabilidade”. Neste ponto, passaram a existir duas posições, duas verdades inconciliáveis a partir destas publicações².

De um lado, o CFC apresenta os princípios pela norma NBC-T-1 e classifica-os todos na mesma hierarquia: da entidade, da qualificação e quantificação de bens patrimoniais, da expressão monetária, da competência, da oportunidade, da formalização dos registros contábeis, da terminologia contábil, da eqüidade, da continuidade, da periodicidade, da prudência, da uniformidade, da informação, dos atos e fatos aleatórios, da correção monetária e da integração.

De outro lado, o IBRACON divide-os em três categorias: postulados ambientais da Contabilidade (que seriam os próprios Postulados ou Axiomas); princípios contábeis propriamente ditos (que seriam os Teoremas); e Convenções ou restrições aos princípios contábeis fundamentais (que seriam os Corolários).

[...] os *postulados ambientais* enunciam, solenemente, condições sociais, econômicas e institucionais dentro das quais a Contabilidade atua [...]

Os *princípios* propriamente ditos representam a resposta da disciplina contábil aos *postulados*, uma verdadeira postura filosófica e também prática diante do que antes apenas contemplávamos e admitíamos (os *postulados*). Os *princípios* constituem, de fato, o núcleo central da estrutura contábil [...]

Já as *convenções* ou *restrições*, como a própria denominação indica, representam, dentro do direcionamento geral dos Princípios, certos condicionamentos de aplicação, numa ou noutra situação prática. (IUDICIBUS et. al. 2000, p. 47)

Estas classificações proporcionaram aos conceitos de Contabilidade maior coerência e entendimento, evidenciando que estes devem ser empregados ao mesmo tempo e de forma integrada.

Os postulados constituem-se nos princípios da Entidade e da Continuidade. Os princípios propriamente ditos referem-se aos princípios do Custo Histórico, Denominador Comum Monetário, Realização da Receita, e Confrontação da Despesa. E, as convenções são enunciadas pela Objetividade, Materialidade, Consistência e Conservadorismo.

Este impasse foi resolvido através da publicação da Resolução CFC nº 750, de 31 de dezembro de 1993, com a apresentação dos “Princípios Fundamentais de Contabilidade”, não mais Norma, mas Princípios.

² CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2003, p. 16)

A Resolução CFC nº 750/93 estabelece os princípios, revestidos de universalidade e generalidade, elementos característicos do conhecimento científico. Disposta em três capítulos, descreve os princípios através de seções constantes no capítulo II, respectivamente: Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Atualização Monetária, Competência e Prudência.

O Princípio da Entidade caracteriza-se pela diferenciação entre o patrimônio da empresa e a de seus sócios, determinando a “autonomia patrimonial”.

Os Princípios da Continuidade, Prudência e Competência formam uma espécie de trilogia, correlacionando-se entre si. O Princípio da Continuidade ou não da entidade considera as mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas como fator determinante de sua vida. Semelhantemente, o Princípio da Prudência determina a adoção de menor valor para os componentes do ativo e de maior valor para os do passivo, na ocorrência de fatos modificativos do patrimônio líquido. Pelo Princípio da Competência, estas mesmas mutações patrimoniais, têm relação direta com a capacidade futura de geração de resultado, pelo confronto receita e despesa.

O Princípio da Oportunidade refere-se ao registro imediato e correto do patrimônio e suas mutações, sendo sempre observado na ocorrência de variação patrimonial. Abrange dois aspectos: a integridade evidencia o reconhecimento das variações em sua totalidade e, a tempestividade impõe o registro da mutação no momento exato de sua ocorrência.

O Princípio do Registro pelo Valor Original, obriga o registro pelos valores originais das transações, expressos em moeda corrente. A observância deste princípio torna-se relevante para a comparabilidade de dados e demonstrações contábeis, possibilitando a padronização dos critérios de avaliação.

Pelo Princípio da Atualização Monetária, os registros contábeis devem ser ajustados conforme a moeda nacional, sendo reconhecidas às alterações de poder aquisitivo. Esta atualização deve ser realizada por meio de indexadores, indispensáveis para comparações com o Índice Geral de Preços da economia brasileira. Contudo, a Resolução CFC nº 900/01, extinguiu a necessidade de atualização, devido ao alcance da estabilidade da moeda brasileira, por meio da implantação do Plano Real.

Considerando o objetivo deste estudo, torna-se relevante a análise detalhada dos seguintes princípios:

4.3.1 O Princípio da Entidade

Art. 4º - O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único. O patrimônio pertence a entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova Entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. (CFC, 2003, p. 23)

A autonomia patrimonial caracteriza-se como o âmago do princípio da entidade, não se deve confundir o patrimônio dos sócios com o da empresa. Exemplificando, o caixa da organização não pode se misturar com o do proprietário trata-se de entidades distintas, assim ao efetuar pagamento particular com dinheiro do caixa da empresa, o contador estará ferindo este princípio.

A soma de patrimônios de diferentes entidades não representa uma nova entidade. Na prática, este pressuposto pode ser mais nitidamente observado na operação de compra de ações, configurando a relação controlada e coligada. Tendo a Empresa A adquirido ações da Empresa B, o patrimônio de ambas não deve ser confundido, embora suas demonstrações contábeis devam ser consolidadas, não há transferência de propriedade e cada qual mantém sua autonomia patrimonial.

4.3.2 O Princípio da Continuidade

Art. 5º A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e

à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

Para Hendriksen (1999, p. 104), o postulado da continuidade admite o funcionamento da entidade em virtude dos compromissos já assumidos até o momento de seu cumprimento.

O Princípio da Continuidade ressalta nas situações de suspensão das atividades da entidade e modificações, sejam elas de ordem econômica, governamental, internos e/ou de causa natural, o registro de determinados ativos sofrerão os efeitos por eles provocados. Nesta hipótese, considerando uma situação de encerramento total previsto ou provável das atividades da empresa ou diminuição notável do volume de operações, determinados ativos, como por exemplo, o Ativo Diferido, grupo que evidencia as despesas antecipadas dispendidas para o início da operacionalização, sofre significativa transformação sendo reclassificado total ou parcialmente como despesa, em razão da não geração de resultado e pela impossibilidade de recuperação do desembolso empregado. Da mesma forma, o Passivo também será afetado, devendo ser registradas além das obrigações constantes no grupo, as despesas futuras decorrentes da extinção da empresa.

4.3.3 O Princípio da Competência

Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

O Princípio da Competência está diretamente ligado ao conhecimento das variações patrimoniais e sua natureza, estabelece quando um determinado componente desintegra o patrimônio para transformar-se em componente do resultado da empresa. Observa ainda o reconhecimento da receita gerada e das despesas incorridas no período.

Segundo este princípio as despesas devem ser reconhecidas no momento de sua ocorrência, independentemente de sua liquidação ou não. As receitas constituirão o resultado quando da transferência de propriedade para terceiros, mediante emissão de nota fiscal ou documento de igual teor.

4.3.4 O Princípio da Prudência

Art. 10º O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

A aplicação do Princípio da Prudência objetiva obter-se o menor Patrimônio Líquido, e deve ser observado quando, existindo um ativo ou um passivo já escriturado apareça dúvida sobre a correção deles. Deve-se optar sempre pelo valor menor no caso de ativos e maior no caso de passivos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa constitui exemplo da aplicação do Princípio da Prudência, pois sua constituição determina o ajuste,

para menos, de valor decorrente das duplicatas ou contas a receber. É o atributo de incerteza que demanda a observância deste princípio.

Com relação ao conteúdo, os Princípios Fundamentais de Contabilidade abrangem o patrimônio em sua totalidade, nos aspectos quantitativos e qualitativos, as mutações e seus efeitos diante do resultado.

De acordo com a Resolução CFC nº 774/94, os princípios precedem às normas, fundamentando e justificando a ação, enquanto aquelas estabelecem regras observadas na prática. Os princípios estão obrigatoriamente presentes na formulação das Normas Brasileiras de Contabilidade.

4.4 Normas Brasileiras de Contabilidade

As Normas tem por característica essencial estabelecer ordenamentos, técnicas de natureza operacional, a serem observados na prática contábil. Os relatórios ou demonstrações contábeis devem ter características bem definidas através das normas. Sua estrutura está disposta na Resolução do CFC nº 751 de 29 de dezembro de 1993, sendo classificada em Normas Profissionais e Normas Técnicas.

As Normas Profissionais fixam as regras do exercício da prática profissional, identificadas pelo prefixo NBC-P. Compreendem as Normas relativas ao Auditor independente, ao Perito contábil e ao Auditor interno.

As Normas Técnicas têm sua origem nos conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados na contabilidade, reconhecidas pelo prefixo NBC-T.

Seguindo a proposta deste estudo, torna-se relevante citar a NBC-T 1 a qual trata das Características da Informação Contábil. As informações geradas pela contabilidade sejam quantitativas ou qualitativas, devem oferecer aos usuários apoio às suas decisões, podendo ser expressas por diferentes meios como demonstrações contábeis, escrituração, ou registros permanentes e sistemáticos.

Tomando por base a NBC-T 1, a informação contábil assume um papel de extrema relevância no desempenho das funções do profissional contábil, sendo através dela, principalmente, que o contador expressa a sua importância nas organizações.

A NBC-T 1 é quem direciona como a informação contábil deve ser tratada e a sua observância constitui-se em um fator de caráter constante na interpretação e análise dessas informações, auxiliando tanto o contador, no exercício de suas tarefas, como o usuário quando da tomada de decisão.

A informação contábil, principalmente aquela contida nas demonstrações contábeis, por ser indispensável aos objetivos da Entidade, deve revestir-se de confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

A Confiabilidade é uma característica essencial para o usuário da contabilidade, exige a elaboração da informação sem erros e conforme os Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Tempestividade faz referência à informação contábil a ser elaborada no momento em que ocorreu, sendo transmitida ao usuário em tempo hábil para a tomada de decisão.

A Compreensibilidade refere-se à clareza e objetividade na divulgação da informação contábil, devendo ser evitados termos complexos, constituindo obstáculo para a compreensão do usuário, salvo aqueles que não admitem outra tradução.

A Comparabilidade deve possibilitar o confronto entre peças contábeis de anos anteriores, numa mesma entidade ou em diversas entidades.

Estes quatro atributos denotam a importância de uma postura ética do profissional, com base nos Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade, em face do cenário atual marcado pelo uso da tecnologia, sendo requerido um processo de adaptação, de forma a utilizar a informação virtual, a *Internet*, a telemática e outros meios avançados de comunicação, como um instrumento eficaz para o contabilista no desempenho de suas funções e, para o usuário da contabilidade, na tomada de decisão. No intuito de investigar a postura do profissional contábil com relação ao uso dos sistemas informatizados e o grau de confiabilidade atribuído as informações por eles geradas, realizou-se uma pesquisa de campo, sendo seus resultados, análise e peculiaridades apresentadas no capítulo a seguir.

5 PESQUISA REALIZADA E COMPOSIÇÕES PARA ANÁLISE

Considerando a relevância e o aumento da utilização de sistemas de informação na contabilidade atual e com a finalidade de evidenciar o tipo de *softwares* empregados, sua elaboração e desenvolvimento, bem como o perfil do contador e a confiabilidade das informações geradas por estes sistemas, foi realizada uma pesquisa de campo, a partir da análise de uma amostra de Escritórios de Contabilidade na cidade de Presidente Prudente.

5.1 Metodologia da Análise

O alvo da pesquisa concentra-se nos Escritórios de Contabilidade, por tratar-se de um segmento de mercado responsável pela prestação de serviços contábeis de grande parte das empresas existentes na cidade de Presidente Prudente.

O levantamento de dados para a realização da pesquisa foi obtido através de informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, pelo Conselho Regional de Contabilidade de Presidente Prudente e pela Empresa Júnior Toledo de Presidente Prudente.

Segundo a Prefeitura Municipal, através do processo nº 9477/2006⁷, o número de escritórios cadastrados neste município é de cento e seis. Conforme o Conselho Regional de Contabilidade a quantidade de escritórios constantes em seus registros é de cento e sete. A Empresa Júnior Toledo por meio de uma pesquisa de campo constatou um número de oitenta e três escritórios, de grande representatividade e credibilidade no mercado.

Para efeito de análise, neste trabalho, adotou-se o levantamento efetuado pela Empresa Júnior Toledo, considerada uma empresa de experiência na área de pesquisa e pelo número apresentado ser de significativa relevância para este estudo. A partir destes dados foi escolhida uma amostra sistemática⁸, sendo sugerido por Maria Lucia Ribeiro Malacrida (2006) um total de trinta escritórios, significando aproximadamente trinta e seis por cento do banco de dados inicial.

⁷ Este processo encontra-se no "ANEXO A".

⁸ (CONTANDRIOPOULOS et al, 1999, p. 63): "Amostra Sistemática trata-se de selecionar os indivíduos na lista, a partir de um intervalo fixo que corresponde à "fração de amostra".

A pesquisa foi aplicada aos escritórios no mês de maio de 2006 através de um questionário³, elaborado com perguntas abertas e fechadas, num total de dezessete questões formuladas de maneira simples e objetiva para facilitar a análise dos dados coletados.

A análise das questões foi realizada por meio de um banco de dados gerado através dos *offices* do *Windows* “Access” e o “Excel”. No *Access* gerou-se um banco de dados e no *Excel* foram construídos os gráficos.

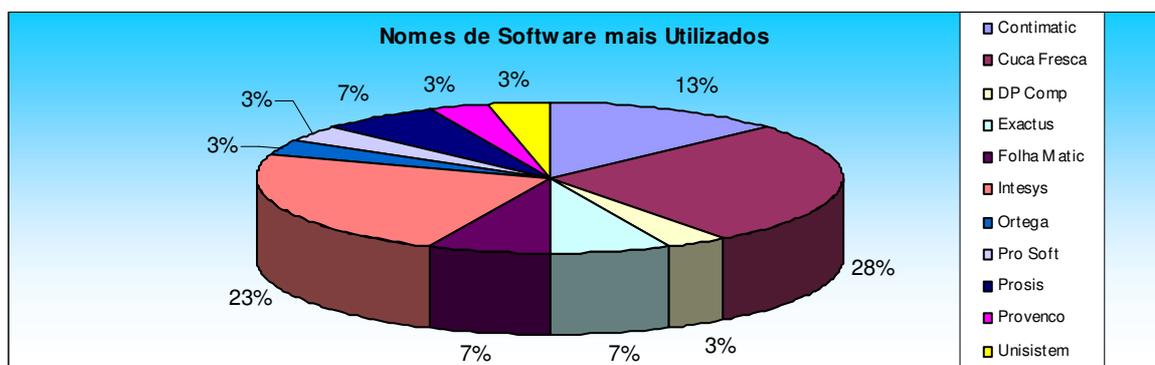
A exposição inicial far-se-á das questões e as respostas obtidas, para em seguida realizar as análises e interpretações sobre as mesmas.

5.2 Análise das questões

1. Que tipo de *software* é utilizado na sua empresa?

Esta questão tem por objetivo detectar se os escritórios desenvolvem seus próprios *softwares* ou adquirem de terceiros. As respostas foram unânimes (100%) adquirem de terceiros *softwares* desenvolvidos para o mercado, sem especificações. Juntamente, com esta questão o escritório pesquisado respondia o nome do *software* que está em utilização, a Figura 1 evidencia que 28% dos entrevistados fazem uso do “Cuca-Fresca” (*software* desenvolvido por uma empresa de Marília/SP), o “Intesys” (*software* desenvolvido por uma empresa de Porto Alegre/RS, que está entrando no mercado) com 23% de uso. Estes dois *softwares* ocupam 51% dos escritórios pesquisados.

FIGURA 2 – Tipos de *softwares* em utilização



Fonte: Organizada pelos autores (2006).

³ Todos os questionários aplicados encontram-se no “ANEXO B”

2. Sua empresa participou da elaboração deste *software*?

O objetivo da questão é detectar se o profissional contábil que adquire o *software* tem contato com seu desenvolvimento, ou seja, se o *software* é desenvolvido com características próprias da empresa deveria haver a participação direta do profissional, mas como é adquirido direto do mercado (de terceiros) não há como existir esta participação. Na aplicação dos questionários, sete (7) escritórios, o equivalente a 23,33% da amostra dos trinta (30) entrevistados responderam que participaram de sua elaboração, solicitando à empresa responsável pelo seu desenvolvimento que realizasse adaptações necessárias aos serviços realizados. Os outros vinte e três (23) entrevistados (76,67%) confirmam que não tiveram nenhum contato com o *software* anterior à sua utilização.

3. Como foi a apresentação deste *software* aos usuários?

O objetivo é identificar como o usuário teve conhecimento do *software*. A questão apresenta duas alternativas de respostas: “*Treinamento*” ou “*Divulgação*”. A alternativa “*Treinamento*” representa o *marketing* de divulgação com contato direto dos vendedores da empresa de informática com os profissionais contábeis; a alternativa “*Divulgação*” é o *marketing* indireto, onde o profissional contábil tem conhecimento sobre o *software* através dos canais da mídia impressa, visual e auditiva ou por indicação de terceiros, a aquisição é realizada sem haver nenhum contato com o produto. Dos trinta (30) escritórios pesquisados, dezesseis (16) 53,33% informaram que adquiriram o *software* através de “*Treinamento*” e quatorze (14) 46,67% adquiriram por meio de “*Divulgação*”.

4. Você conhece outros *softwares* de informações?

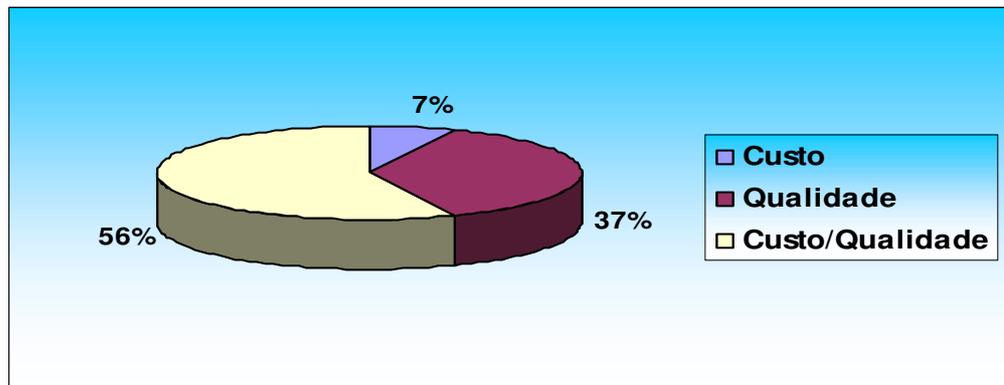
Esta questão tem por objetivo saber se o profissional contábil teve contato com outros tipos de *softwares*, antes da aquisição do qual faz utilização, para poder avaliar se houve critério de escolha ou se adquiriu o primeiro com que teve contato. Dos escritórios pesquisados vinte e quatro (24) que representam 80% da amostra disseram que

conhecem outros tipos de *softwares*, seis (6) que representam 20% disseram que não conhecem outro *software*.

5. Qual foi o critério de avaliação para a escolha do *software* em utilização?

A questão é composta de três alternativas para a resposta: *Custo*, *Qualidade* e *Custo/Qualidade*, tem-se por objetivo avaliar qual o fator de maior influência para a decisão de escolha do *software*. Constatou-se que dezessete escritórios (56,67%) da amostra fizeram a opção de escolha ponderando a questão *Custo/Qualidade*; onze escritórios (36,67%) fizeram a opção tendo por relevância a *Qualidade* do *software* e dois escritórios (6,67%) consideraram por relevância o *Custo* de aquisição.

FIGURA 3 – Critério de avaliação de escolha do *software*



Fonte: Organizada pelos autores (2006)

6. O custo do *software* foi fator decisivo na escolha?

A questão foi colocada na pesquisa com a intenção de medir o peso na opção entre as alternativas *Custo* ou *Qualidade*. A qualidade foi detectada como preponderante para dezessete (17) escritórios (56,67%) e treze (13) escritórios (43,33%) afirmaram que o valor de aquisição do *software* e sua manutenção (Custos) foram determinantes à escolha.

7. Os aplicativos do *software* são objetivos?

A finalidade desta questão foi verificar a facilidade de acesso aos aplicativos do *software* e o grau de praticidade oferecido na execução de tarefas. Conforme resultado obtido, constata-se que vinte e oito (28) dos escritórios entrevistados (93,33%) consideram os aplicativos, entendidos como atalhos e ferramentas existentes na estrutura do sistema, de fácil utilização e manuseio, tornando mais ágil o processo de trabalho e dois (2) da amostra (6,67%) consideram parcialmente objetivo os aplicativos do *software*.

8. O *software* atende as necessidades da entidade?

A pesquisa revelou que para 93,33% (28) dos escritórios o *software* é aplicável em todas as suas atividades e 6,67% (2) responderam que o sistema não atende totalmente suas necessidades.

9. Você confia nas informações geradas pelo sistema?

O objetivo desta questão é verificar a adequação da estrutura do *software* com o perfil da entidade, o grau de confiabilidade que os profissionais depositam em relação à qualidade das informações geradas pelo *software*. Os trinta escritórios entrevistados, ou seja, 100% da amostra, confiam nas informações geradas pelo *software*.

10. Que tipo de teste é aplicado para verificar a confiabilidade dos dados e informações gerados pelo *software*?

Esta questão é do tipo “aberta” e tem por finalidade verificar como os profissionais contábeis procedem ao ter um “dado” ou uma “informação” gerada pelo *software*, se existe a preocupação em testar aquele item e ter a certeza de sua clareza e confiabilidade. Vinte e um (70%) dos entrevistados afirmaram que realizam uma checagem dos relatórios por meio de controles internos paralelos ao sistema, mas não especificaram o tipo de controle realizado.

11. O profissional ou a empresa que desenvolveu o *software* em utilização tem conhecimento da área contábil?

O objetivo é verificar se o profissional responsável pelo desenvolvimento do *software* possui conhecimento da área contábil. A partir do resultado obtido vinte (20) dos escritórios (66,67%) responderam que o profissional responsável pela elaboração do *software* possui conhecimento da área contábil, dois (2) escritórios (6,67%) revelaram que o profissional responsável pelo desenvolvimento do *software* não possui conhecimento contábil e, oito (8) escritórios (26,67%) desconhecem o grau de conhecimento contábil do profissional envolvido com o desenvolvimento do *software*.

12. Como é realizada a manutenção/atualização do *software*?

A questão apresenta duas alternativas para resposta: “Via *Internet/Download*” e “Visita do responsável pelo *software*”. Vinte e nove (29) dos escritórios (96,67%) responderam que atualização do *software* acontece “Via Internet” e um (1) escritório (3,33%) respondeu que as atualizações ocorrem por meio de visita do responsável.

13. Quando há alterações fiscais e tributárias, a empresa que faz a manutenção providencia, imediatamente, as atualizações?

Vinte e nove (29) dos escritórios entrevistados (96,67%) disseram que as atualizações ocorrem de forma imediata e, somente, um (1) escritório (3,33%) disse que as atualizações não ocorrem de forma imediata.

14. O profissional contábil, responsável pelo escritório, acompanha as atualizações quando são realizadas?

O objetivo da questão é saber quando são feitas as atualizações das informações contidas no *software*, principalmente quanto a questão tributária, o envolvimento do profissional contábil, responsável pelo escritório. Vinte e sete (90%) que acompanham as atualizações e três (10%) não acompanham as atualizações.

15. De que maneira este acompanhamento é realizado?

Esta questão deveria ser respondida, somente, por aqueles que informassem na questão 14 o acompanhamento das atualizações. É uma questão aberta e 90% das respostas obtidas foram semelhantes, sendo reproduzidas abaixo:

- ✓ Verifica as atualizações através de instruções e manuais, elaborados pela empresa responsável pelo *software*;
- ✓ Confere se relatórios reproduzidos pelo sistema estão de acordo com as atualizações;
- ✓ Acompanha a legislação pelas publicações oficiais;
- ✓ Refaz cálculos e aplica testes.

16. Os funcionários que utilizam este *software* têm algum conhecimento na área contábil

O objetivo é identificar o nível de conhecimento e formação dos funcionários que operacionalizam o *software* e sua habilidade na interpretação das informações geradas. Conforme resultado obtido 96,67% dos funcionários que utilizam o *software* possuem conhecimento na área contábil e 3,33% não possui conhecimento algum.

17. Qual a formação contábil destes funcionários

Os trinta escritórios possuem, conjuntamente, cento e sessenta e sete funcionários (167), deste total cinquenta e cinco (32,76%) são graduados em Ciências Contábeis, cinquenta e três (29,89%) são técnicos, trinta e seis (22,41%) estagiários cursam o ensino superior e, vinte e três (14,94%) não possuem formação contábil.

5.3 Interpretação dos resultados

A pesquisa foi realizada junto aos Escritórios de Contabilidade por considerar a grande participação destes junto às empresas e o intuito daquela é de conhecer a posição, a atitude do profissional contábil em relação a utilização do *software*, como instrumento precípua à execução de sua função. Tendo por visão o atributo da informação contábil: *Confiabilidade*, de acordo com Norma

Brasileira de Contabilidade Técnica 1 (NBCT1) aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 785, de 28/07/1995 (apud ALMEIDA, 2000, p.67):

A confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial entre aquele e a própria informação.

A confiabilidade da informação fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo.

A veracidade exige que as informações contábeis não contenham erros ou vieses, e sejam elaboradas em rigorosa consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, na ausência de norma específica, com as técnicas e procedimentos respaldados na ciência da Contabilidade, nos limites de certeza e previsão por ela possibilitados.

A completeza diz respeito ao fato de a informação compreender todos os elementos relevantes e significativos sobre o que pretende revelar ou divulgar, como transações, previsões, análises, demonstrações, juízos ou outros elementos.

A pertinência requer que seu conteúdo esteja de acordo com a respectiva denominação do título.

A confiabilidade ou a qualidade da informação contábil depende do grau de segurança dos controles internos. As demonstrações contábeis devem espelhar a situação da Sociedade. Para que esta relação seja perfeita é necessário que ocorra uma verdadeira integração entre a entrada (*input*) dos dados contábeis e a saída (*output*) das informações através das demonstrações contábeis – uma comunicação monitorada em todo seu processo pelo profissional contábil.

A comunicação como o elo perfeito da confiabilidade requer que ao eleger a tecnologia da informação por meio de um *software* como instrumento imprescindível à execução de suas atividades, o profissional contábil deve ter habilidade para exigir além de uma interface atraente, colocando-se no comando da máquina, ciente de que essa máquina “não pensa e muito menos raciocina”.

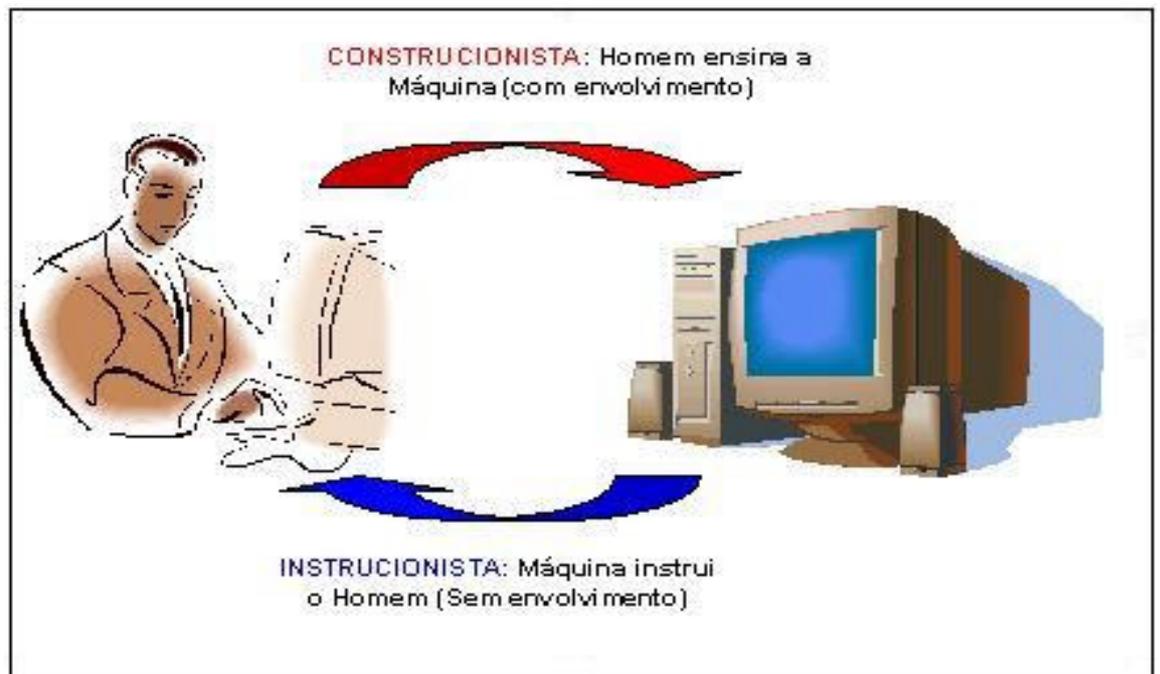
A máquina “computador” possui muitos pontos fortes que justificam sua utilização, tais como: precisão, rapidez, repetição, armazenamento, interação, acessibilidade, aspirações (diferentes propostas, objetivos), que devem ser utilizados de maneira *construcionista*⁴ (o homem ensina a máquina) e jamais de

⁴ REVISTA ZOOM: “De acordo com VALENTE (1998) o termo construcionista diz respeito a construção do conhecimento baseado na realização concreta de uma ação que produz um produto palpável (um artigo, um objeto) através do computador, que seja de interesse de quem produz”.

forma *instrucionista* (o homem não se envolve com a máquina, apenas faz seu uso).

A passividade humana perante o computador gera uma inércia na comunicação – o homem não se envolve com o processo de entrada (*input*) e saída (*output*) das informações, simplesmente executa as instruções solicitadas pela “máquina” (Figura 3).

FIGURA 3 – Relação Homem x Computador



Fonte: Organizada pelos autores (2006)

Na Sociedade do Conhecimento (Capítulo 3) o grande diferencial das empresas e de seus profissionais é o valor que se agrega ao capital humano e, a relação construcionista do homem x computador, onde o homem ensina o computador e para ensinar ele ajuda a programá-lo (não como um profissional da área de informática, mas como um profissional que conhece as necessidades de sua ciência), este processo exige um conjunto de ações na busca, constante, de soluções, deixa-se a passividade e passa a existir uma integração perfeita na relação e comunicação do homem com o computador.

Relacionando esta situação com a confiabilidade exigida pelos usuários da informação contábil denota-se a importância do *construcionismo* na execução das atividades contábeis. A partir desta premissa foi realizada a pesquisa junto aos

escritórios contábeis de Presidente Prudente, com o intuito de conhecer a posição dos profissionais contábeis em relação a realidade de mercado: homem x computador (subentendendo-se o *software*).

Tendo em vista que a característica do trabalho e o principal objetivo é identificar e avaliar a postura do profissional contábil em relação a utilização dos *softwares* como instrumento efetivo de realização da prática contábil, obteve-se a partir da pesquisa, pontos favoráveis e pontos preocupantes descritos abaixo:

Pontos Favoráveis:

- O contato inicial dos usuários com o *software* foi através de treinamento;
- A qualidade é o fator decisivo na escolha do *software*;
- O desenvolvimento do *software* é realizado por profissionais que tem conhecimento na área contábil;
- As alterações fiscais e tributárias são providenciadas de forma imediata;

Pontos Preocupantes:

- Os *softwares* utilizados são desenvolvidos por terceiros;
- Os profissionais que adquirem o *software* não têm participação efetiva em sua elaboração;
- Os contadores confiam plenamente nas informações geradas pelo *software*;
- As manutenções/atualizações são realizadas por meio de *download*;

Com a identificação dos pontos preocupantes, verifica-se que embora a qualidade tenha sido fator decisivo para a escolha do *software*, constata-se um percentual considerado relevante para o fator custo, segundo o que demonstra a questão número seis, treze (43,33%) dos escritórios optaram pelo custo, havendo uma contradição em relação ao resultado obtido com a questão número cinco, o qual evidencia a opção custo/qualidade.

Ao afirmarem a aquisição de *software* desenvolvido por terceiros, sem participação em sua elaboração, os entrevistados demonstram uma credibilidade deveras acentuada em um sistema ao qual não tiveram nenhum contato anterior,

este fator é vislumbrado na questão número nove, onde 100% da amostra responderam que confiam nas informações geradas pelo *software*.

A partir dos resultados obtidos com o questionário, foi realizada uma entrevista¹¹ com quatro profissionais da área contábil, participantes da pesquisa, escolhidos por sua integridade e representatividade no mercado, com o intuito de melhor ilustrar a posição destes profissionais diante da tecnologia da informação e das exigências impostas por esta nova realidade.

5.4 Aspectos destacados na entrevista

A entrevista iniciou-se com a exposição da proposta do trabalho e as percepções acerca do resultado da pesquisa, a fim de obter um diagnóstico do profissional e sua opinião sobre as mudanças no mercado de atuação.

O primeiro entrevistado foi o contador José do Carmo Ferreira, sócio proprietário do Escritório de Contabilidade Prudentec, atua no mercado há, aproximadamente, 26 anos, em seu depoimento enfatizou os seguintes pontos:

- A ética deve ser um princípio básico, segundo o qual o contador não deve causar prejuízo a seus clientes;
- A importância do conhecimento e da educação continuada;
- A atenção no momento de escolha de um software, que deve oferecer segurança e suporte técnico:

“[...] que seja um sistema que ofereça segurança, as pessoas que desenvolvem o sistema têm que ser pessoas responsáveis, que as informações que vão sair deste sistema, são informações que alguém vai estar analisando para oferecer crédito ou para um fiscal estar analisando a situação da empresa e de repente isto pode trazer prejuízos seríssimos para ela[...]”.

“[...] procurar um sistema, realmente, que te dê confiança, procurar saber quem faz este sistema, quem é a empresa responsável por isso, o suporte técnico que é dado em cima deste sistema é importante [...]”.

- A atuação limitada dos profissionais nos escritórios de contabilidade pelas exigências legais, impedindo o desenvolvimento no enfoque gerencial:

¹¹ A entrevista foi realizada pelos autores deste trabalho, no dia 17/08/2006.

“[...] Quando você fala escritório de contabilidade, às vezes, a Contabilidade nem é tão utilizada de uma forma gerencial mais para a fiscal [...]. Hoje, a mudança é muito rápida, a legislação muda muito rápido, hoje até o contador, diante do que está o mercado, nem atua na própria função de contador, não está desenvolvendo-a como deveria, pelo menos, em termos de escritório de contabilidade, por causa da chuva de leis que ocorre diariamente, semanalmente. O Contador, hoje, está mais interpretando lei para poder aplicá-la aos clientes, falamos que somos fazedores de guias, porque, você tem um manual, você tem que tentar interpretar, ver os reflexos que estarão atingindo seu cliente [...]”.

- A relação existente entre a questão do imposto único com os sistemas informatizados e suas vantagens:

“[...] Há mais de dez anos atrás se cogitava a aprovação do imposto único, a empresa teria um imposto só, pagaria e acabou, alguns contadores ficaram preocupados com isso porque ia acabar o serviço do contador, fazedor de guia. Eu já vejo de uma outra forma, aí sim, o contador ia poder aplicar aquilo que realmente é o conhecimento dele, que é elaborar relatórios, fazer uma contabilidade mais detalhada, uma contabilidade mais analítica, para poder fornecer uma informação mais confiável e mais transparente [...]. com a entrada dos sistemas e a unificação dos tributos, diminuiria o número de leis, você não ficaria preocupado com lei e poderia realmente desenvolver o seu trabalho, enquanto Contador [...]”

A segunda entrevistada foi a contadora Sra. Maria Lucília Pinheiro Marques Caldeira, que atua na área há 10 anos, sua opinião abordou aspectos importantes, descritos abaixo:

- A necessidade de mão de obra qualificada:

“[...] Tem que ser mão de obra qualificada, senão não consegue, tem que ser profissional da área, mesmo porque o próprio Conselho não deixa, não pode ter funcionários na área contábil que não sejam formados [...]”

- A importância da informática no desenvolvimento da prática contábil:

“[...] Sem o sistema é impossível! Não tem como você ficar no manual, não existe! Porque o sistema agiliza, facilita e em termos de erros ele te dá mais segurança naquilo que você faz, porque você tem acesso a informações, a checagem, com menores problemas de erros [...]”

O terceiro entrevistado foi o contador Sr. José Edson Zerbato, formado há 39 anos, sua larga experiência na área permitiu o acompanhamento das transformações na Contabilidade e, em seu depoimento, expôs sua impressão sobre as mudanças decorrentes da tecnologia:

“[...] A informática só trouxe pontos favoráveis, deu mais segurança, por exemplo, quando se faz a integração entre os sistemas, quando há erro ele já acusa, geralmente, os softwares têm um suporte que dá toda a garantia [...]. Hoje nem penso em fazer meu trabalho sem o computador [...]”.

O quarto entrevistado é o contador Jaime Marques Caldeira, formado há 31 anos, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Presidente Prudente, em conversa franca, confessa que há alguns anos não exerce a função na íntegra, atuando, atualmente, como empresário no Escritório de Contabilidade Líder, do qual é proprietário. Em seu depoimento, fez o seguinte destaque:

- O avanço dos sistemas informatizados, com a iminência dos sistemas integrados:

“[...] Dentro dos sistemas que nós usamos, nas empresas de maior porte, já há o sistema integrado dentro da própria empresa [...]. Quando a empresa recebe a nota fiscal e dá entrada no estoque, esta entrada já é elemento suficiente para lançar na escrita fiscal, há um transporte integrado, a documentação fica toda na firma, não há acesso a papel nenhum, tudo é via e-mail [...]”.

Em síntese, o profissional Ferreira (2006) denotou maior importância na questão do conhecimento, destacando características da formação do profissional contábil e a relevância do papel das faculdades de construir profissionais competentes. Os três outros profissionais entrevistados, abordaram os aspectos de praticidade e agilidade dos sistemas informatizados. Observa-se que, tendo sido questionados de forma semelhante, os entrevistados apresentaram colocações diferentes sobre o mesmo tema, enriquecendo o resultado da pesquisa com a experiência de quem enfrenta na prática os desafios impostos ao exercício da Ciência Contábil.

As considerações acerca da pesquisa e da entrevista juntamente com a idéia central dos capítulos do trabalho, as propostas e sugestões serão apontadas na seqüência, intituladas de conclusão.

CONCLUSÃO

A evolução da Contabilidade está intimamente ligada ao crescimento humano, seus primeiros vestígios remontam desde a pré-história, com as rudimentares formas de registro da riqueza patrimonial. À medida que aumentam as necessidades humanas, se desenvolvem práticas para satisfazê-las, surgem novas técnicas de controle e teorias difundidas por grandes estudiosos, destaque para os da Escola Italiana e Norte-americana, que contribuíram para o atual estágio de ciência contábil.

O fenômeno da globalização, a revolução tecnológica e o aumento do volume das informações, fatores que identificam a sociedade do século XXI, trouxeram mudanças para o cenário econômico mundial, campo onde estão inseridas as organizações, sendo exigido dos profissionais contábeis uma reformulação na atuação em um mercado competitivo.

A iminência da tecnologia da informação introduziu novos procedimentos no exercício da função contábil pelo uso de sistemas informatizados, aplicáveis na rotina empresarial, proporcionando benefícios como agilidade, praticidade e redução de custos. Neste ponto, entende-se que para um sistema de informação empresarial ser considerado eficiente, é necessário que o mesmo respeite as regras pré-estabelecidas, ou seja, as normas constantes na NBCT (Normas Brasileiras de Contabilidade). Para tanto, este deve ser elaborado não somente por um grupo de analistas de sistemas, mas também por profissionais da área contábil, que auxiliarão no melhor desenvolvimento e adequação do mesmo, como forma de atender a legislação e aos objetivos da organização.

Diante desta nova realidade, o profissional contábil tem grande responsabilidade pela veracidade e confiabilidade das informações contábeis e financeiras da empresa geradas pelos *softwares*, sendo necessário profundo conhecimento técnico com a aplicação de competências, habilidades e atitudes e a adoção de uma postura ética condizente com os Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade.

Para evidenciar o perfil dos profissionais contábeis e sua postura diante da utilização dos sistemas de informação, realizou-se uma pesquisa de campo nos Escritórios de Contabilidade, na cidade de Presidente Prudente. Após a coleta e

análise dos dados, surgiu a necessidade de investigar de forma mais direta junto aos profissionais, sua posição em relação às exigências da sociedade atual e do mercado de trabalho, tendo sido entrevistados quatro profissionais atuantes na área.

As informações obtidas com a pesquisa revelam que o profissional contábil possui um elevado grau de confiança em relação aos *softwares* que utiliza na execução de suas tarefas, assumindo apenas o *instrucionismo*, sem uma visão crítica *construcionista*. Este fator é resultado de uma concepção enraizada no ideal de que a máquina (computador) seria por si só um fim, uma forma de realizar procedimentos sem o emprego profundo de conhecimento. Há uma ênfase na praticidade que os sistemas informatizados oferecem, um atributo considerado pelos profissionais, extremamente favorável pela minimização do tempo gasto com atividades rotineiras. Esta otimização de tempo poderia ser aplicada no aprimoramento de suas funções, podendo o profissional estender suas atividades, atuando como analista, perito, auditor, *controller*, consultor, enriquecendo seu papel informacional nas organizações.

Com a presença cada vez mais constante dos sistemas informatizados na Contabilidade, é imprescindível que o profissional contábil tenha envolvimento com a elaboração e desenvolvimento destes sistemas, podendo esta ser uma exigência imposta pelos órgãos que regulamentam a profissão como o Conselho Federal de Contabilidade. Esta sugestão fundamenta-se na percepção obtida com a pesquisa e a entrevista, segundo as quais detectou-se, por parte de alguns profissionais, a preocupação acerca da utilização de *softwares* sem uma postura crítica e conhecimento da estrutura e desenvolvimento dos sistemas, enquanto que, para outros, os sistemas representam uma ferramenta indispensável para a execução de seu trabalho, revelando uma dependência com a adoção de um comportamento passivo em relação à elaboração dos mesmos. É essencial salientar que, o profissional contábil deve monitorar todo o processo de entrada (*input*) dos dados contábeis e a respectiva saída (*output*) das informações em forma de relatórios, acompanhando continuamente este ciclo, no intuito de atestar a confiabilidade dessas informações que irão compor o processo decisório das empresas, considerando, ainda, que a sociedade atual demanda por um perfil diferenciado.

As exigências atuais do mercado de trabalho denotam por uma reformulação no ensino da contabilidade, refletindo diretamente no papel das faculdades. Estas devem dar subsídios a formação dos profissionais contábeis, uma base sólida para a construção de uma visão crítica, fundamentada na assimilação da teoria com a prática da função.

Em face do exposto, conclui-se que a proposta deste estudo torna-se relevante para a disseminação de um novo perfil do profissional contábil, diante da sociedade do século XXI e a tecnologia da informação, dotado de profundo conhecimentos e habilidades, que o torne cada vez mais essencial ao sucesso das empresas e ao progresso da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ANTUNES, M. T. P. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3. ed., São Paulo: Moderna, 2003.

BASTOS, V. L. **Para entender a economia capitalista: noções introdutórias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

BERTI, A. **Contabilidade geral**. São Paulo: Ícone, 2001.

CAMARGO, M. **Fundamentos da Ética Geral e Profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. In: **Abordagens éticas para o profissional contábil**. Brasília: CFC, 2003.

CONTANDRIOPOLUS, A. P.; CHAMPAGNE, F.; POTVIN, L.; BOYLE, P. **Saber preparar uma pesquisa**. São Paulo: ABRASCO, 1999.

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com resposta**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DRUCKER, P. F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 2002.

_____. **A administração na próxima sociedade**. São Paulo: Nobel, 2002.

_____; MONTINGELLI JUNIOR, N. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FACHIN, O. **Fundamentos da metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FAVERO, H. L.; LONARDONI, M.; SOUZA, C.; TAKAKURA, M. **Contabilidade: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GAARDEN, J. et. al. **O livro das religiões**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: para o nível de graduação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KORTE, G. **Iniciação a ética**. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S.(Org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação gerenciais: administrando a empresa digital**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

LONGARAY, A. A.; BEUREN, I. M. caracterização da pesquisa em contabilidade. In: _____. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGALHÃES, A. de. D. F.; LUNKES, I. C. **Sistemas Contábeis**: o valor informacional da contabilidade nas organizações. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, J. C. **O ensino da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 124.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARTINS, E; LISBOA, L. P. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Sistemas, organização e métodos**: uma abordagem gerencial. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, E. **Contabilidade Informatizada: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PASSOS, E. S. **Ética nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2004, p.184.

REVISTA ZOOM. Construcionismo. Disponível em:<
http://www.revistazoom.com.br/educadores/?conteudo=biblioteca_construcionismo
>. Acesso em: 19/04/2005.

REZENDE FILHO, C. B. **História econômica geral**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

REZENDE, D. A. **Planejamento de sistemas de informação e informática**: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. São Paulo: Atlas, 2003.

REZENDE, Y. **Informação para negócios**: os novos agentes do conhecimento e a gestão do capital intelectual, 2000. (internet) Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12915.pdf>>. Acesso em: 01/08/2006

SÁ, A. L. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Contabilidade & novo código civil**. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTOS, A. S. R. dos. **As empresas e a Era da Informação**. Disponível em: <<http://www.ultimaarcadenoe.com/artigo16.htm>>. Acesso em: 06/05/2006.

SCHMIDT, P. A. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA FILHO, A. M. **A Era da Informação**, 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/002/02col_mendes.htm>. Acesso em: 06/05/2006

SILVA, L. R. da; BRITO, V. B. de. **O novo código civil para contadores**. 2. ed., São Paulo: IOB, 2004.

SROUR, R. H. **Ética empresarial**: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VASCONCELOS, Y.L. A atitude científica como necessidade profissional e o emprego das práticas de campo no ambiente acadêmico. **Revista de Contabilidade do CRC**, SP, ano 6, n. 19, mar. 2002.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VELTER, F.; MISSAGIA, L. R. **Manual de Contabilidade**. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

ZANLUCA, J.C. **História da contabilidade**. Curitiba: Portal Tributário, 2004. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>> . Acesso em: 05/03/2006